

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 067/2022
Data: 26/05/2022**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
SETOR PORTUÁRIO ENXERGA COM 'BONS OLHOS' NOVO COMANDO DA SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS.....	4
GOVERNO DO ESTADO ENTREGA NOVO ACESSO À Balsa para travessia entre Santos e Guarujá.....	5
PORTAL PORTO GENTE	6
NOVO SECRETÁRIO DE PORTOS REPRESENTA AVANÇOS PARA O PORTO DE SANTOS	6
BE NEWS – BRASIL EXPORT	7
EDITORIAL - DESORDEM LOGÍSTICA E COMERCIAL	7
NACIONAL - HUB – CURTAS	8
ZPE 1	8
ZPE 2	8
ZPE 3	8
Sines 1.....	8
Sines 2.....	8
NACIONAL - VALEC VAI INCORPORAR A EPL EM 6 MESES	9
NACIONAL - CÂMARA APROVA LIMITAÇÃO NA ALÍQUOTA DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEL.....	10
NACIONAL - NOVA REDUÇÃO DE 10% EM IMPOSTO DE PRODUTOS IMPORTADOS TERÁ EFEITO MÍNIMO	11
NACIONAL - XANGAI VAI REABRIR, BOA NOTÍCIA PARA RETOMADA.....	14
NACIONAL - ANTAQ APROVA CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCESSÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO	15
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	17
DP WORLD CALLAO É O PRIMEIRO TERMINAL PORTUÁRIO DO MUNDO A ADQUIRIR VEÍCULOS ELÉTRICOS ITVS	17
PORTO DE ITAJAÍ RECEBE TERCEIRA ATRACAÇÃO DE NAVIO ROLL ON ROLL OFF	18
NAVIOS DE CARGA SÃO CONTROLADOS REMOTAMENTE EM ANTUÉRPIA, NA BÉLGICA	19
GERENCIAMENTO DE RISCOS É TEMA DE WORKSHOP NA PORTOS DO PARANÁ	20
AUTORIDADE PORTUÁRIA ABRE CHAMAMENTO DE EVTEAS PARA FUTUROS ARRENDAMENTOS NO PORTO DE ÍMBITUBA.....	20
NAVAL PORTO ESTALEIRO	21
SHELL E PORTO DO AÇU ASSINAM MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA EMPREENHIMENTO DE PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE NO COMPLEXO.....	21
ARTHUR LIRA APRESENTA PROJETO PARA REDUZIR ICMS DE COMBUSTÍVEIS E ENERGIA, VISANDO EVITAR UM AUMENTO NOS PREÇOS FINAIS AO CONSUMIDOR	23
DOCAS DO RIO ANUNCIA EMPREENHIMENTO COM INVESTIMENTO DE R\$ 3 BILHÕES NO PORTO DE ITAGUAÍ PARA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE MINÉRIOS	24
JORNAL O GLOBO – RJ	25
GOVERNO VAI REDUZIR EM 10% SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS IMPORTADAS NOS PORTOS BRASILEIROS	25
SOB PRESSÃO, SENADORES ACREDITAM QUE TETO DO ICMS PODE SER VOTADO NA PRÓXIMA SEMANA	26
PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: OFERTA DE AÇÕES JÁ TEM DEMANDA INICIAL DE R\$ 13 BI.....	27
PACHECO DIZ QUE TETO DO ICMS 'PARECE INSTRUMENTO INTELIGENTE' E PROMETE DEBATE	28
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	29
ECONOMIA DÁ AVAL A BOLSA-CAMINHONEIRO E AUXÍLIO PARA TAXISTAS E MOTORISTAS DE APP	29
GOVERNO FARÁ NOVA REDUÇÃO DA TARIFA DE IMPORTAÇÃO COM MUDANÇA EM TAXA DE PORTOS	30
GOVERNO ARRECADADA R\$ 195 BILHÕES EM ABRIL, MELHOR RESULTADO PARA O MÊS EM 28 ANOS	31
ESTADOS ACUMULAM R\$ 172 BI EM CAIXA, DIZ ECONOMIA PARA 'SENSIBILIZAR' CONGRESSO POR QUEDA DE ICMS	32
BOLSONARO CRITICA COMPENSAÇÃO A ESTADOS EM TETO DO ICMS E DIZ QUE PODE VETAR PROPOSTA	33
VALOR ECONÔMICO (SP)	34
TRIUNFO ASSINA CONTRATO PARA EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÃO PORTUÁRIA EM SANTOS.....	34
ADM JÁ RASTREIA 100% DOS FORNECEDORES DE SOJA.....	34
GUEDES: BRASIL NÃO QUER 'DINHEIRO ESPERTO', ESPECULATIVO	35
MINÉRIO DE FERRO CAI 1,6% NO NORTE DA CHINA, PARA US\$ 131,25 A TONELADA.....	36
AGÊNCIA BRASIL - DF	36
TST LANÇA CARTILHA PARA AJUDAR TRABALHADORES E EMPRESAS NA CONCILIAÇÃO	36
PORTAL PORTOS E NAVIOS	37
BLOQUEIOS EM PORTOS E GUERRA AUMENTAM LITÍGIOS E DEMANDA POR ARBITRAGEM	37



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 067/2022
Página 3 de 41
Data: 26/05/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PETROBRAS ASSINA CONTRATO PARA A VENDA DA REFINARIA LUBNOR	38
PRORROGADA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LICITAÇÃO DO STS53 NO PORTO DE SANTOS	39
ASIA SHIPPING DEFENDE QUE 2022 SERÁ O ANO DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA	40
SUBSEA 7 GANHA CONTRATO PARA DESENVOLVIMENTO DE BÚZIOS 8	40
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	41
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	41



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SETOR PORTUÁRIO ENXERGA COM 'BONS OLHOS' NOVO COMANDO DA SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS

Especialistas acreditam que Mário Povia deverá seguir com bom trabalho deixado por Diogo Piloni
Por: Ágata Luz



Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários será comandada por Mário Povia Foto: Matheus Tagé/AT e Divulgação/Ministério da Infraestrutura

Após mais de três anos à frente da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni deixou ontem o comando do órgão vinculado ao Ministério da Infraestrutura. Em seu lugar, assumiu Mário Povia, ex-diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e ex-diretor de Gestão

Portuária da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ). Para especialistas do setor, a mudança no alto escalão da pasta não implica em grandes alterações para o cenário portuário nacional.

A portaria com a exoneração de Piloni, solicitada por ele, foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial da União (DOU), ontem. Ela foi assinada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. Piloni estava à frente da pasta desde janeiro de 2019.

Seu substituto, Povia, nasceu em Osasco (SP), é graduado em Tecnologia Operacional Elétrica e bacharel em Direito. Apesar de não ter formação em áreas ligadas ao setor portuário (pós-graduado em Administração de Empresas e Direito Processual e do Trabalho e em Regulação de Serviços Públicos), o novo secretário é figura conhecida no segmento.

Servidor efetivo da Antaq como especialista em regulação de serviços de transportes aquaviários, ele já atuou como assessor da Superintendência de Portos, assessor técnico da diretoria, superintendente de Portos, diretor e diretor-geral da agência reguladora. Além disso, Povia já presidiu o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de São Sebastião e assumiu o cargo de diretor na CDRJ em 2020.

A Tribuna tentou contato com o novo titular da Secretaria de Portos, mas a assessoria informou que Mário Povia não concederá entrevistas no momento. O futuro profissional de Piloni será na iniciativa privada.

Opiniões

A expectativa no setor portuário é que o novo secretário nacional de Portos dê continuidade ao trabalho de Piloni, assim como o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, agiu com a saída de Tarcísio Gomes de Freitas da pasta, no final de março.

De acordo com o diretor-presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sérgio Aquino, os temas serão conduzidos da mesma forma, pois “o Governo tem se pautado pela lógica de utilizar técnicos”. Por isso, a única mudança possível seria no estilo de profissionais. “Mas diria que Piloni e Povia têm estilos muito próximos”, explica.

Ele enfatiza o fato de Povia ser um técnico conhecido na área portuária, que possui detalhes sobre Santos e a Baixada Santista. “Conhece a região, o segmento e é um profissional respeitado”, diz, ressaltando também o tempo de trabalho de Piloni, que “sempre foi muito aberto ao diálogo”.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo, concorda com Aquino ao dizer que Piloni e Povia são profissionais técnicos. “São dois nomes muito fortes e preparados, tanto o que sai, como o que entra”.

De acordo com ele, que também foi diretor-presidente da antiga Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), atual Santos Port Authority (SPA), o trabalho de Piloni representou a conquista de grandes avanços ao setor portuário e a expectativa é que Povia siga na mesma direção, pois possui a preparação necessária.

“É uma continuidade da estratégia. Mário é muito bem-vindo, um grande amigo do setor, uma pessoa de fácil relacionamento e vai fazer uma boa gestão”, finaliza.

Para o economista e consultor portuário Fabrizio Pierdomenico, o agora ex-secretário deixa um legado. “É inquestionável o papel que o Diogo Piloni teve. Nesses anos em que esteve à frente da pasta, deixa uma marca positiva de gestão, profissionalismo, dedicação e de avanços”.

Ele diz que a mudança na gestão era esperada diante da saída de Tarcísio Gomes de Freitas do Ministério da Infraestrutura. “A gente cogitava essa mudança. Mário é um gestor muito experiente e da carreira da Antaq, então conhece o setor com uma profundidade que poucos têm. Do ponto de vista da qualificação, não há nenhum questionamento”.

Para Pierdomenico, que já foi diretor da Codesp, a chegada do novo secretário não causa qualquer preocupação ao setor, que enxerga Povia com “bons olhos e tranquilidade”, já que a condução das políticas portuárias será a mesma.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/05/2022

GOVERNO DO ESTADO ENTREGA NOVO ACESSO À Balsa PARA TRAVESSIA ENTRE SANTOS E GUARUJÁ

As obras, realizadas em 45 dias, tiveram o custo de R\$ 1,8 milhão

Por: Anderson Firmino



Foto: Alex Ferraz

Os usuários da travessia entre Santos e Guarujá ganharam, desde ontem, uma nova possibilidade de acesso às balsas. Foram entregues ontem uma ponte mista (para pedestres e ciclistas) de acesso Santos/Guarujá e o flutuante metálico Dersa IV da travessia (no lado de Santos). As obras, realizadas em 45 dias, tiveram o custo de R\$ 1,8 milhão.

Segundo o Departamento Hidroviário (DH), em abril, a travessia entre Santos e Guarujá foi utilizada por 262 pedestres, 8.123 ciclistas, 8.641 motociclistas e 14.537 veículos (carros e caminhões, por exemplo).

“É uma entrega extremamente importante, porque essa ponte, há dois anos, não recebia veículos. Ela faz parte do plano da Secretaria de Transportes e Logística para melhoria das travessias litorâneas”, afirma o diretor geral do DH, José Reis.

Segundo ele, a entrega realizada ontem torna possível a interdição da gaveta sul de Santos para reforma.

A obra

A ponte tem 15 metros de comprimento e 11,5 metros de largura, é feita em aço galvanizado e tem pranchas de madeira do tipo “garapeira”, que somam 43,3 toneladas.

Já o flutuante Dersa IV, tem uma estrutura metálica de aço carbono, e pesa 5,3 toneladas. Atualmente, cerca de 30 mil pessoas utilizam diariamente o sistema de travessias.

No último dia 13 de abril, foi entregue a reforma do píer e da rampa de acesso da travessia Santos/Guarujá do lado guarujaense, atingidas por um navio que deixava o Porto de Santos em junho do ano passado.

CONCESSÃO

Reis explica que o edital de concessão do sistema de travessias litorâneas, que aconteceria no dia 30 de março e foi suspenso, ainda não tem data para acontecer. A decisão veio após os prefeitos da região criticarem o projeto de privatização.

Segundo ele, o Governo do Estado está ouvindo a sociedade para colher demandas que colaborem para o novo chamamento.

“A proposta é que, ouvindo a sociedade, e se obtendo um modelo que seja ideal a todos, aí a concessão continua”, pontua o diretor do DH.

Ele acredita que esse tipo de reparo é necessário para evitar situações de desconforto para os usuários da travessia. Não é algo que a gente possa abandonar. Caso ocorra a concessão, tenho certeza que ela (concessionária) fará algo que transforme a travessia em algo ainda melhor “, frisa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 26/05/2022



PORTAL PORTO GENTE

NOVO SECRETÁRIO DE PORTOS REPRESENTA AVANÇOS PARA O PORTO DE SANTOS

Editor Portogente

Portos enfrentarão desafios de um mundo multipolar

Chega como uma notícia alvissareira a nomeação do novo secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, o engenheiro e advogado Mário Povia. Sua trajetória à frente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq e como Diretor de Gestão Portuária da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ traduz-se por soluções competentes e conciliação de interesses. Sua característica de algodão entre cristais será adequada para a complexa e urgente solução da reforma do Porto de Santos.



Leia também

*** Potencializar o Porto de Santos como nó de rede logística global**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114850-potencializar-o-porto-de-santos-como-no-de-rede-logistica-global>

Até agora, passados três anos e meio, o programa de desestatização dos portos do Ministério da Infraestrutura quase nada avançou e o pouco está conflituoso, como se assiste na Codesa, no Espírito Santo. Olhando para a frente, a essa incerteza será acrescentado um clima eleitoral tenso, onde porto é um tema relevante. Hoje, faltam visão e diálogo que o secretário Mário, decerto, sabe promover com talento. Pois, o Porto de Santos resolve-se por si só.



Leia também

*** Portos do Brasil estão inadequados para o novo arranjo mundial**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114832-portos-do-brasil-estao-inadequados-para-o-novo-arranjo-mundial>

Diferente do ex-secretário Piloni, o atual conhece a realidade do sistema e o problema a ser resolvido. Perdeu-se tempo valioso debatendo o modelo australiano que não é adequado à realidade brasileira. Entretanto, a melhor solução para nossos portos exige domínio do processo regulatório e profundo conhecimento da legislação que Povia tem, assim como conhece bem o que pode e deve ser modificado. O Porto de Santos tem muitas possibilidades para desenvolver projetos atrativos a investidores globais.

Leia também

*** Luz sobre a realidade da desestatização do Porto de Santos**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114767-luz-sobre-a-realidade-da-desestatizacao-do-porto-de-santos>

Na conjuntura atual da milenar atividade portuária, os portos estão definindo o caminho para um futuro digitalmente inteligente. Isto se traduz por maior escala de transporte e ser mais ágil na movimentação, com investimentos robustos e de longo prazo. Como tem sido proposto no Portogente, o Porto de Santos tem potencial para participar desse novo cenário, com conceitos inovadores de estruturação portuária.

Leia também

*** Maersk anuncia ventos bons para o Porto de Santos**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114828-maersk-anuncia-ventos-bons-para-o-porto-de-santos>

A comunidade portuária também precisa fazer a sua parte. É essencial haver uma evolução no principal porto do Brasil, como foi a inauguração do seu primeiro trecho de muralha de cais em 1892 e na sua reforma exitosa em 1996, que multiplicou a movimentação de mercadorias exponencialmente, com mudanças conceituais. Não há mais tempo a perder. Sucesso ao novo secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mário Povia.

Leia também

*** Futuro do Porto de Santos depende do olhar da comunidade**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114795-futuro-do-porto-de-santos-depende-do-olhar-da-sociedade>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 26/05/2022



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL - DESORDEM LOGÍSTICA E COMERCIAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O comércio global tem enfrentado sérias dificuldades nos últimos anos. Elas começaram entre o final de 2019 e o início de 2020, com as ondas iniciais da pandemia de covid-19, que fechou portos na Ásia e na Europa, arrastando a logística mundial para o caos. Há alguns meses, houve um novo golpe, com a invasão da Ucrânia pela Rússia e a ruptura das exportações agrícolas e de fertilizantes ucranianos. E logo em seguida, mais um revés, com novos surtos do novo coronavírus em solo chinês, levando os complexos marítimos do país a reduzir suas atividades, causando um mega congestionamento nessa parte do planeta.



Os impactos dessas ocorrências no comércio exterior brasileiro foram debatidos na tarde dessa terça-feira, em uma live organizada pelo Brasil Export - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária. E desse evento, veio a boa notícia de que, no próximo mês, o Porto de Xangai deve começar a ter suas operações normalizadas, iniciando um grande processo de recuperação, de volta à normalidade para si e para a logística marítima global.

Trata-se, sem dúvida, de uma boa notícia. Mas o comércio internacional ainda tem duros desafios a transpor, a começar por garantir o fornecimento de fertilizantes, essenciais para nossa produção agrícola, e por buscar normalizar o mais rápido possível a disponibilidade de contêineres e o tráfego marítimo na costa brasileira, afetado pelo caos logístico.

Até a efetiva normalização, com a eliminação do caos logístico e a retomada das cadeias de suprimento globais, é essencial ao poder público e ao setor privado continuar ampliando os fornecedores dos insumos mais demandados e diversificando as estratégias adotadas para conter as altas dos preços. E as autoridades ainda devem ficar atentas aos impactos desse cenário na própria economia brasileira, impedindo o surgimento de mais problemas.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/05/2022*

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ZPE 1

O Governo do Maranhão deu mais um passo para a implantação de sua zona de processamento de exportação (ZPE). Na última terça-feira, em São Luís, foi instalada a Comissão Estadual da ZPE-MA. O órgão cuidará da instalação do empreendimento, que ocupará uma área que se estende pelos municípios de Bacabeira, Santa Rita, Rosário, Axixá e Cachoeira Grande, todos localizados nas proximidades da zona portuária da Ilha de São Luís.

ZPE 2

A ZPE pode receber instalações industriais ou de beneficiamento, que terão isenção na importação de bens que forem utilizados na fabricação de produtos para exportação. Esses artigos apenas recolhem seus impostos se os produtos finais acabarem vendidos em solo nacional.

ZPE 3

“A ZPE vai nortear o intercâmbio de negócios entre o Maranhão e outros países, estimular o mercado interno, ajudar na atração de potenciais investidores e na geração de emprego e renda para nossa população”, explicou o secretário da Indústria e Comércio, Cassiano Pereira Júnior.

SINES 1

O governo de Portugal negocia com o da Alemanha e o da Polônia para fazer com que o Porto de Sines seja a porta de entrada do gás importado por esses países. As duas nações adquiriram o combustível da Rússia, mas, devido ao conflito na Ucrânia, vão passar a comprar dos Estados Unidos. A ideia é que o produto seja descarregado no complexo marítimo onde, em seguida, seria embarcado em navios pequenos, que o levariam até o destino final.

SINES 2

Segundo avaliação do poder público português, “os portos do Norte da Europa estão muito congestionados e acomodar um número grande de navios de maior capacidade é um risco”, o que torna Sines uma forte opção para essas operações

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/05/2022*

NACIONAL - VALEC VAI INCORPORAR A EPL EM 6 MESES

As duas empresas vão formar a Infra S/A. Estudos projetam economia de R\$ 90 milhões anuais aos cofres públicos

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br



A COMPANHIA AUMENTARÁ A PRODUTIVIDADE E AMPLIARÁ EFICIÊNCIA NA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA, SEMPRE PENSANDO A LOGÍSTICA DE TRANSPORTES, ESTRUTURANDO O FUTURO, SEM QUALQUER DESCONTINUIDADE AO QUE ESTÁ EM ANDAMENTO”

MARCELO SAMPAIO,
ministro da Infraestrutura

Presidente Jair Bolsonaro, com o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio: chefe do Executivo assinou decreto autorizando a incorporação da EPL pela Valec

O Governo Federal anunciou o início da incorporação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) pela Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias. Essa medida resultará na criação da Infra S/A. O decreto de autorização foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) dessa quarta-feira (25). A previsão do Governo é de, em até 180 dias, efetivar a nova companhia. Com a medida, é esperada uma economia de R\$ 90 milhões em custos operacionais por ano.

A criação da Infra S/A objetiva ainda fazer com que o Ministério da Infraestrutura deixe de ter duas empresas dependentes do Tesouro Nacional, o que reduzirá custos de funcionamento, além de aumentar a autossuficiência e competitividade dessa única empresa. A companhia será responsável pelo planejamento e estruturação de projetos para o setor de transportes, especialmente ferrovias e portos.

A favor da incorporação pesou a constatação, reforçada pela consultoria Falconi, contratada em 2020 para o trabalho de unir as duas empresas, de que EPL e Valec sempre atuaram de forma complementar e com certa sobreposição de atribuições.

Estrutura

O formato decidido pelo Governo será de incorporação da EPL pela Valec. Há um entendimento de que a segunda empresa tem estrutura mais robusta e é mais antiga. Nesse formato, também será mais fácil dispensar funcionários, uma vez que a EPL, estatal de planejamento, desde a sua criação, em 2012, não tem servidores concursados.

Além disso, todos os processos em andamento pelas estatais serão incorporados pela nova empresa, como a construção dos trechos II e III da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e a fiscalização das obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), por exemplo – empreendimentos administrados pela Valec. A Infra S/A também responderá pela elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) e demais planos setoriais desenvolvidos pela EPL.

De acordo com o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, a fusão das duas empresas não atrapalha os processos e estudos que vêm sendo realizados pelas empresas para futuras concessões no País.

"A companhia aumentará a produtividade e ampliará a eficiência na estruturação de projetos de infraestrutura, sempre pensando a logística de transportes, estruturando o futuro, sem qualquer descontinuidade ao que está em andamento", declarou o ministro.

Vocação

Em nota, o Ministério da Infraestrutura falou sobre a vocação da Infra S/A. Segundo a pasta, a companhia será responsável por "fomentar o desenvolvimento e a inovação da infraestrutura de transporte e logística multimodal no Brasil de forma sustentável, abrangendo a realização de

diagnósticos, estudos e planejamento de infraestrutura multimodal para apoio na elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento de modelagem de concessão de ativos".

A empresa também atuará em projetos de caráter estratégico para transformação digital e modernização da infraestrutura; suporte para gestão ambiental e territorial de projetos; prestação de consultoria para União, estados e municípios; e gestão do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e).

Economia

No primeiro ano de funcionamento, de acordo com os estudos, haverá uma economia de R\$ 30 milhões, com redução de despesas com pessoal e funções, bem como pela diminuição de demais custos de funcionamento das duas empresas. A partir do segundo ano, a economia anual será de pelo menos R\$ 90 milhões, gerados pelos ganhos de produtividade com a reorganização de processos, otimização dos contratos atuais e por meio de maior redução com gastos com pessoal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/05/2022

NACIONAL - CÂMARA APROVA LIMITAÇÃO NA ALÍQUOTA DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEL

Proposta cria galho de compensação para possíveis perdas de arrecadação de estados e municípios.

Por TALES SILVEIRA tales@portalbenews.com.br



NA MAIORIA DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COSTUMAM-SE COEXISTIR NAS LEGISLAÇÕES LOCAIS TRÊS FAIXAS DE ALÍQUOTAS DO ICMS: A PRIMEIRA, DE 7 A 12% PARA PRODUTOS BÁSICOS, VIA DE REGRA DO SETOR ALIMENTÍCIO; A SEGUNDA, ENTRE 17 E 18% APLICÁVEIS À GENERALIDADE DAS MERCADORIAS; E A TERCEIRA, COM ALÍQUOTAS DE APROXIMADAMENTE 25%, CHEGANDO POR VEZES ATÉ A CASA DOS 30%, ATUALMENTE APLICADOS PARA OS PRODUTOS CONSIDERADOS SUPÉRFLUOS E PARA ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E COMBUSTÍVEIS.

De acordo com o relator da matéria, a redução do limite da alíquota do ICMS não implicará em perda nominal de receita para os estados e municípios

A Câmara dos Deputados aprovou, por 403 votos a favor e 10 contra, nesta quarta-feira (25), o Projeto de Lei Complementar (PLP 211/2021). A proposta incorpora o PLP 18/2022, de autoria do deputado Danilo Forte (UNIÃO-CE), que estabelece um preço teto para o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre os combustíveis. A matéria segue para o Senado Federal.

O texto considera essenciais bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, impedindo a aplicação de alíquotas de tributos iguais às dos produtos listados como supérfluos.

A mudança de categoria dos combustíveis garante que haja uma redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para até a alíquota máxima de 17%. O objetivo da proposta – que conta com o apoio dos ministérios da Economia e das Minas e Energia – é frear o aumento de preços dos combustíveis. A expectativa do Governo é de, com isso, reduzir o preço dos combustíveis em cerca de R\$0,60 por litro.

O quórum de 403 deputados a favor do projeto e nenhum destaque aprovado só foi possível após inúmeras reuniões de líderes ao longo do mês. Na reunião realizada na última terça-feira (24), na casa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), governadores sugeriram que o texto previsse a criação de alguma compensação para possíveis perdas de arrecadação.



Foi quando o relator e líder do União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA), adicionou, em seu parecer, um dispositivo prevendo contrapartidas para os estados e municípios.

Foi criado então um gatilho de compensação, caso o estado ou o município tenha uma perda de arrecadação absoluta superior a 5% causada pela diminuição das alíquotas de combustíveis. Esse galho será temporário e deixará de valer depois de seis meses, em uma espécie de "período de transição".

Nesses casos, a União ficará responsável por fazer as compensações. Essa reposição acontecerá por meio de dedução nas parcelas do pagamento de suas dívidas com o Governo Federal. A compensação também se estende aos estados que estão no chamado Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Segundo o texto, as compensações acontecerão até 31 de dezembro e serão interrompidas caso as alíquotas retornem aos patamares vigentes antes da publicação da lei ou se não houver mais saldo a ser compensado.

Sem impactos

Segundo o relator, a redução das alíquotas do ICMS não trará impactos. Para o parlamentar, a receita absoluta dos estados e municípios, em sua grande maioria, é superavitária.

Uma redução parcial da alíquota do ICMS não implicará perda nominal de receita à luz do orçamento aprovado, não colocando em risco o cumprimento das metas fiscais estaduais. "Somente no ano passado, estados e municípios tiveram, em média, um aumento de arrecadação de impostos em combustíveis de 50%", disse.

Já o deputado Danilo Forte trouxe esboços que apontam que a matéria deve gerar uma redução de 9% a 12% no preço da gasolina, 10% no do etanol e de 11% no da energia elétrica.

Logo após a aprovação do PLP, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) emitiu uma nota afirmando que as mudanças no ICMS previstas na proposta "acende grave alerta para as gestões municipais". Também afirmou que trabalhará "intensamente no Senado Federal para evitar o avanço desta proposta".

Segundo a CNM o PLP traz um "potencial impacto de R\$ 15 bilhões por ano aos Municípios caso o projeto chegue a se transformar em norma legal. O impacto no mandato dos atuais prefeitos totaliza R\$ 45,3 bilhões, começando neste ano, sendo R\$8,67 bilhões apenas de junho a dezembro".

A nota segue afirmando que a proposta não prevê nenhum recurso efetivo para compensar os municípios pela perda de R\$ 15 bilhões anuais. "Hoje, em função do processo inflacionário, a arrecadação está crescendo a uma taxa anual de aproximadamente 15% ao ano. Para a maior parte das unidades da Federação essa condicionante (indica) que ocorra queda nominal de 5%. Dessa forma, efetivamente o texto prevê zero recomposição para os municípios por parte da União"

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/05/2022

NACIONAL - NOVA REDUÇÃO DE 10% EM IMPOSTO DE PRODUTOS IMPORTADOS TERÁ EFEITO MÍNIMO

Com pressão inflacionária internacional, resultante da pandemia e guerra na Ucrânia, será difícil a medida atingir o impacto esperado pelo Governo, avaliam especialistas

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br



Mais de 6 mil mercadorias, incluindo feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção terão redução de tarifa de importação”

SEGUNDO A SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, O GOVERNO DEIXARÁ DE ARRECADAR R\$ 3,7 BILHÕES COM IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, MAS PROJETA UM GANHO EM TORNO DE R\$ 533,1 BILHÕES SOBRE O PIB

O Governo Federal anunciou nova redução de 10% nas alíquotas do Imposto de Importação sobre diversos produtos no intuito de conter a alta de preços e a escalada da inflação e estimular a produção nacional. A medida, considerada urgente pelo Ministério da Economia, é pontual e terá vigência temporária de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023. No entanto, especialistas avaliam que o impacto será mínimo tanto para o setor produtivo quanto para a economia doméstica, devido à pressão inflacionária global, resultante da pandemia e da guerra na Ucrânia.

“O caráter de urgência dessa medida está relacionado com o aumento da pressão inflacionária proveniente de um cenário global bastante adverso. Um cenário que já vinha causando perturbações às cadeias de suprimentos internacionais, com repercussões na inflação global em função da recuperação do pósCovid-19. E, mais recentemente, adquire contornos mais preocupantes com a guerra entre Ucrânia e Rússia”, afirmou o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, em defesa da medida.

É a segunda vez que o Governo Federal aplica redução de 10% sobre a Tarifa Externa Comum (TEC) de bens importados. A primeira ocorreu em novembro do ano passado. Agora, a medida incide sobre 6.195 códigos tarifários da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que abrange mais de 87% do universo tarifário do País. Mais de 6 mil mercadorias, incluindo feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção terão redução de tarifa de importação.



A MEDIDA PRECISA SER VISTA COM RESERVAS, COM MUITA CAUTELA. QUER (GOVERNO) MOVIMENTAR A ECONOMIA? ENTÃO TERIA QUE ABRIR CRÉDITO PARA AS EMPRESAS. PRECISA FAZER OUTROS MOVIMENTOS. ESSE MOVIMENTO SOZINHO NÃO VAI ATENDER A EXPECTATIVA QUE O GOVERNO ESPERA”

LUIZ RAMOS

presidente da Associação Nacional das Empresas Transitárias, Agentes de Carga Aérea, Comissárias de Despachos e Operadores Intermodais

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, o Governo deixará de arrecadar R\$ 3,7 bilhões em impostos de importação. Apesar disso, o ministério projeta um impacto de R\$ 533,1 bilhões no PIB (Produto Interno Bruto), que corresponde ao conjunto de todos os bens e serviços produzidos no País.

A redução do Imposto de Importação aproxima o nível tarifário brasileiro da média internacional e, em especial, dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reduzindo o Custo Brasil. Porém, especialistas avaliam que a medida não deverá surtir o efeito esperado pelo Governo.

O presidente da Associação Nacional das Empresas Transitárias, Agentes de Carga Aérea, Comissárias de Despachos e Operadores Intermodais, Luiz Ramos, avalia a iniciativa com reservas. “A medida precisa ser vista com reservas, com muita cautela. Quer (Governo) movimentar a economia? Então teria que abrir crédito para as empresas. Precisa fazer outros movimentos. Esse movimento sozinho não vai atender a expectativa que o Governo espera”, disse Ramos, que emendou: “Mais preocupante e necessário é reduzir o custo da cadeia logística. O Brasil não tem incentivo na Marinha Mercante, não temos navios, faltam investimentos na infraestrutura. A nossa infraestrutura é muito cara. O transporte rodoviário e aéreo com valores

altíssimos, os combustíveis subindo progressivamente. É difícil dizer que essa medida vai compensar, trazer algum resultado positivo para o Brasil”, concluiu.



NO CONTEXTO ATUAL, SERÁ UM PALIATIVO PORQUE TANTO O CUSTO DA LOGÍSTICA INTERNACIONAL QUANTO DOS ALIMENTOS E COMBUSTÍVEIS ESTÁ SOB FORTE PRESSÃO. ESTIMO QUE O EFEITO REAL, EM FUNÇÃO DO CONTEXTO INTERNACIONAL, SERÁ MENOS DE REDUÇÃO DOS PREÇOS E MAIS DE ESTABILIZAÇÃO E FREIO CONTRA MAIORES AUMENTOS EM COMPARAÇÃO AO ESTÁGIO INFLACIONÁRIO ATUAL”

CARLOS CAIXETA,
Economista, Consultor Empresarial e Associado
do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

VISTO SOB O PONTO DE VISTA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (E DA GLOBALIZAÇÃO ORA EM XEQUE) ISTO REDUZ A DISPONIBILIDADE DESSES BENS NO ÂMBITO INTERNACIONAL, O QUE LEVA A MAIS PRESSÕES INFLACIONÁRIAS, NUMA ESPIRAL QUE DIFICILMENTE SABEREMOS ATÉ ONDE VAI”

RICARDO RODIL
especialista em Finanças, líder do Mercado de Capitais
e sócio do Grupo Crowe Macro



“Em situação de normalidade, essa medida é muito efetiva sim, mas no contexto atual será um paliativo porque tanto o custo da logística internacional quanto dos alimentos e combustíveis está sob forte pressão. Esmo que o efeito real, em função do contexto internacional, será menos de redução dos preços e mais de estabilização e freio contra maiores aumentos, em comparação ao estágio inflacionário atual”, avaliou o economista, consultor empresarial e associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Carlos Caixeta. “Isto não deve ser enxergado como uma coisa isolada. Por um lado, temos a relação com os outros países do Mercosul que estabelece regras e limites para essas reduções. De outro lado, nesse contexto de inflação, disseminada praticamente em todo o mundo, vários países estão tomando medidas para ‘proteger e garantir’ o suprimento de diversos bens, entre eles artigos ditos de primeira necessidade.

Visto sob o ponto de vista do comércio internacional (e da globalização ora em xeque) isto reduz a disponibilidade desses bens no âmbito internacional, o que leva a mais pressões inflacionárias, numa espiral que dificilmente saberemos até onde vai”, analisou o especialista em Finanças, líder do Mercado de Capitais e sócio do Grupo Crowe Macro, Ricardo Rodil.

“O impacto inicial deve ser de queda desses preços, mas não se pode prever como as pontas de distribuição (supermercados, basicamente, no caso de alimentos) vão agir”, afirmou Rodil.

Quanto às importações, Rodil acredita que devem subir, num primeiro momento, mas a médio prazo o mercado é incerto. “Num primeiro momento, sem dúvida, subirão. O futuro dependerá do conflito Rússia-Ucrânia, de condições climáticas que favoreçam ou dificultem as safras locais, da inflação em outros países, das atitudes em países produtores desses bens. Enfim, no médio prazo, é imprevisível. Se o Brasil conseguir recompor a compra de fertilizantes em nível internacional, a conversa poderá ser diferente”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/05/2022

NACIONAL - XANGAI VAI REABRIR, BOA NOTÍCIA PARA RETOMADA

Informação foi revelada em 'live' do Brasil Export, que também tratou de questões como fretes altos, fertilizantes, restrição de exportações de cereais e crise alimentar

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



“QUANDO O MUNDO COMEÇA A TER PICOS DE PREÇOS E REDUÇÕES DE SAFRAS POR DIVERSAS RAZÕES, OS PAÍSES COMEÇAM A ADOTAR MEDIDAS RESTRITIVAS DE EXPORTAÇÃO”

DANIEL FURLAN AMARAL

Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)

Vista aérea de terminal de contêineres no Porto de Xangai: lockdown de cidades chinesas prejudicaram operações do maior complexo marítimo do mundo

Em meio à crise causada pelo lockdown na China e pela guerra na Ucrânia, uma boa notícia pode indicar o início da retomada rumo à normalidade para o comércio internacional. As atividades econômicas em Xangai, o maior porto do mundo e até hoje impactado pelo fechamento de várias regiões chinesas, devido a novos surtos de covid-19, vão começar a ser restabelecidas nas próximas semanas. Para especialistas, será o começo do fim do caos logístico que vem impactando as cadeias de suprimentos globais nos últimos meses.

Essa foi uma das questões tratadas na live “Impactos da Guerra Rússia-Ucrânia e da situação da China no comércio exterior brasileiro”, promovida ontem pelo Brasil Export - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária. O encontro virtual, exclusivo para conselheiros, patrocinadores e convidados, foi transmitido ao vivo pelo portal BE News e no canal do Brasil Export no Youtube.

A live foi conduzida pelo CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, e teve como convidados o sócio e vice-presidente de Negócios e Estratégias do Grupo H e presidente do Conselho internacional do Brasil Export, Jorge Lima; o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Almirante Murillo Barbosa; o economista-chefe da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Daniel Furlan Amaral; e o presidente do Conselho Administrativo da Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos Industriais (Abimei), Ennio Crispino.

A recuperação das operações portuárias em Xangai, na China, foi destacada pelo presidente do Conselho Administrativo da Abimei. Crispino, disse que o setor de máquinas e equipamentos tem sido impactado pelo lockdown chinês, especialmente por causa da suspensão de parte das operações no Porto de Xangai. “Xangai é o maior porto exportador de máquinas, principalmente as de médio e grande porte. Então isso tem causado um grande atraso no despacho de mercadorias adquiridas por empresas brasileiras”, afirmou.

No entanto, Ennio Crispino disse que a atividade econômica em Xangai deverá ser retomada nos próximos dias. “Está previsto para início de junho que as operações portuárias sejam restabelecidas, pelo menos alguns embarques que estamos aguardando. Já recebemos valores de fretes e datas aproximadas”, destacou.

A live também debateu os reflexos da guerra na Ucrânia na logística e no comércio globais.

Recém-chegado da Ásia, o executivo Jorge Lima disse que há grande apreensão no exterior quanto à duração do conflito, com o agravamento da crise econômica global e com a aproximação entre a Rússia e a China. “Óbvio que a China vai socorrer (a Rússia), não vai perder essa oportunidade econômica. Mas é um momento bastante perigoso por falta de uma visão completa do cenário na mesa, tanto econômico quanto bélico”, analisou.

Já o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, comentou que há uma preocupação com um possível gargalo no estoque de fertilizantes. “Um dos operadores logísticos que importam fertilizantes me disse que, se não houver uma saída do produto na aquisição pelos produtores rurais, daqui a pouco nós vamos ter dificuldade de estoque. Acho que já se previa uma certa restrição do mercado, com restrições à Rússia devido às sanções, então, houve uma importação muito grande”, afirmou.

Barbosa disse ainda que pode haver redução nas importações devido aos altos preços dos insumos, decorrentes da restrição de oferta no mercado internacional, devido à interrupção dos envios pelos portos da Ucrânia e da Rússia. “Os produtores rurais estão recentes em comprar novas remessas pelo alto preço. O cloreto de potássio saiu de US\$ 220 (2021) para mais de US\$ 1.200 no mês passado. Agora, está começando a cair, talvez, porque nós estamos com bastante fertilizantes. Isso vai impactar bastante a cadeia porque fertilizante é um insumo absolutamente essencial para a nossa produção agrícola”, salientou.

O economista da Abiove, Daniel Furlan, comentou sobre um efeito secundário da guerra na Ucrânia já em curso que é a restrição de exportações de cereais, que, dependendo da duração do conflito, poderá gerar uma crise alimentar global. “Quando o mundo começa a ter picos de preços e reduções de safras por diversas razões, os primeiros efeitos são que os países começam a adotar medidas restritivas de exportação. Vimos isso na Indonésia, em países do Mercosul, em países asiáticos. Então, aquelas cadeias produtivas que dependem do comércio vão ficando cada vez mais dependentes da matéria prima local”, explicou, complementando que uma consequência são as crises alimentares.



“A preocupação é o quanto essa situação geopolítica entre a Rússia, Ucrânia e Belarus pode gerar outros focos indesejáveis para o mundo todo, e como achar caminhos diplomáticos para minimizar esses efeitos secundários tão importantes que já estamos vendo acontecer”, comentou Furlan.

Conselheiros do Brasil Export, patrocinadores e convidados participaram da live, transmitida ao vivo

pelo portal BE News

A live completa está disponível no portal BE News e no canal do Brasil Export, no Youtube.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/05/2022

NACIONAL - ANTAQ APROVA CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCESSÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

Futuro concessionário assinará contrato de 25 anos. Investimentos ultrapassam R\$ 3 milhões

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



OS DOCUMENTOS APROVADOS SERÃO ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (MINFRA), QUE DARÁ CONTINUIDADE AO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO DO COMPLEXO.

A concessão do Porto de São Sebastião, de acordo com a política pública do Governo Federal, trará ganhos de produtividade quanto à gestão, à eficiência e à celeridade nas compras e contratações necessárias para as operações portuárias

A análise das contribuições sobre documentação para o

processo licitatório da concessão do Porto de São Sebastião (SP) foi aprovada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Ao todo, a agência recebeu 239 contribuições durante a Audiência Pública nº 20/2021, que tratou do tema.

Os documentos aprovados serão encaminhados ao Ministério da Infraestrutura (Minfra), que dará continuidade ao processo de desestatização do complexo.

O futuro concessionário assinará contrato de 25 anos. O valor esmado da concessão alcançará R\$ 237,4 milhões. Os investimentos previstos serão de R\$ 3,263 milhões. Espera-se cerca de 56 milhões de toneladas movimentadas em 2060, o que representa crescimento médio anual de 0,3% ao ano.

O valor de outorga mínimo proposto será de R\$ 33,3 milhões e deverá ser pago em parcela única. O critério de licitação escolhido foi o de maior valor de outorga, com leilão presencial.

56

MILHÕES DE TONELADAS DEVEM SER MOVIMENTADAS PELO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO EM 2060

Além disso, o novo concessionário deverá pagar anualmente à Antaq a Verba de Fiscalização, no valor de R\$ 446,5 mil, durante toda a vigência do contrato. Esse valor será dividido em 12 parcelas mensais.

Atualmente, o porto é administrado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS). Na área do porto organizado existe o Terminal de Uso Privado da Petrobras Transportes S/A – Transpetro, denominado Terminal Aquaviário de São Sebastião. A área total a ser concedida tem 32,60km².

A principal carga movimentada pelo complexo é barrilha, insumo importado por indústrias de vidro e sabão. Também são operados na importação o trigo, produtos siderúrgicos, máquinas e equipamentos, bobinas de aço e cargas gerais. Na exportação, destaque para veículos, peças, máquinas e equipamentos, produtos siderúrgicos e cargas gerais.

A concessão do Porto de São Sebastião, de acordo com a política pública do Governo Federal, trará ganhos de produtividade quanto à gestão, à eficiência e à celeridade nas compras e contratações necessárias para as operações portuárias.

O Governo trabalha com a previsão de que o acórdão junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) saia em junho de 2022, possibilitando a publicação do edital em julho e a realização do leilão em setembro deste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/05/2022

NACIONAL - Wilson Sons registra lucro superior a R\$ 143 milhões no trimestre

Valor é 437% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A receita líquida de rebocadores subiu 2,9%, para R\$ 253,7 milhões no primeiro trimestre

A empresa de soluções logísticas Wilson Sons registrou lucro líquido acima de R\$ 143 milhões no primeiro trimestre deste ano, superando em 437% o mesmo período de 2021.

O crescimento no lucro líquido foi beneficiado pela variação cambial do trimestre, uma vez que o real valorizou 15%. As receitas líquidas apresentaram crescimento de 4% e chegaram a R\$ 529 milhões.

O desempenho financeiro foi superior ao desempenho operacional, com o aumento das receitas de armazenagem nos terminais e aumento nas exportações e importações, além do aumento na receita média por manobra portuária em rebocadores e os novos contratos nas bases de apoio offshore.

R\$ 239 milhões

FOI O VALOR DE EBITDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO) REGISTRADO PELA EMPRESA, UMA RESULTADO 4% MAIOR DO QUE O OBTIDO O PRIMEIRO TRIMESTRE DO ANO PASSADO

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) também subiu, atingindo R\$ 239 milhões, um crescimento de 4% com os resultados de rebocadores. Apesar da queda no volume operacional ocasionada, principalmente, pela redução de carga containerizada, houve aumento da receita média por manobra. A receita líquida de rebocadores subiu 2,9%, para R\$ 253,7 milhões no primeiro trimestre.

“Estamos satisfeitos por apresentar resultados financeiros resilientes neste primeiro trimestre do ano, mesmo diante do cenário desafiador que se apresenta para 2022, com o agravamento da crise da cadeia de suprimentos e pressões inflacionárias”, destacou Fernando Salek, CEO da Wilson Sons.

O segmento de embarcações de apoio offshore continua apresentando recuperação. O aumento das receitas líquidas foi de mais de 26%, com um aumento dos dias de operação em 12% e um aumento da diária média em relação ao período comparativo.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/05/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

DP WORLD CALLAO É O PRIMEIRO TERMINAL PORTUÁRIO DO MUNDO A ADQUIRIR VEÍCULOS ELÉTRICOS ITVS

Informação: *Mundo Marítimo* (26 de maio de 2022)



Além disso, 12 guindastes RTG e 3 guindastes elétricos QC serão incorporados para a expansão do Bicentennial Dock

A DP World Callao, concessionária do Cais Sul do Porto de Callao, adquiriu uma frota de 20 veículos elétricos de transferência interna (ITVs), sendo assim o primeiro porto do mundo a ter uma frota de veículos com esta nova tecnologia. Adicionalmente, foram adquiridos 12 guindastes RTG e 3 guindastes elétricos QC, como parte do investimento realizado no megaprojeto de expansão Bicentennial Dock e seu compromisso com o meio ambiente.

Este novo equipamento elétrico chegará a Callao em meados de 2023 e fará parte do referido projeto de expansão, que representa um investimento de US\$ 350 milhões e permitirá atender a uma maior demanda de contêineres em benefício da economia peruana.

Essa compra ajudará a reduzir significativamente as emissões do terminal até 2030. Assim, a partir do início de 2022, os únicos equipamentos que serão adquiridos para a DP World serão elétricos. Além disso, pretende eletrificar todos os seus RTGs a diesel (25) e todos os seus caminhões a diesel (41) para reduzir ainda mais sua pegada de carbono.

“Estamos muito orgulhosos em confirmar que o Terminal Portuário DP World Callao está se tornando totalmente elétrico. Esta compra representa uma redução de 1,5 milhão de litros de diesel a cada ano. Além disso, iniciaremos a conversão de equipamentos diesel em equipamentos elétricos para atingir a neutralidade de carbono”, disse Nicolás Gauthier, CEO da DP World no Peru.

Esta iniciativa faz parte do compromisso mundial da DP World com o meio ambiente. Sua estratégia de sustentabilidade, chamada Nosso Mundo, Nosso Futuro, é desenvolvida de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com o objetivo de causar um impacto econômico e social positivo na sociedade.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/05/2022

PORTO DE ITAJAÍ RECEBE TERCEIRA ATRACAÇÃO DE NAVIO ROLL ON ROLL OFF

Informação: Porto de Itajaí (26 de maio de 2022)

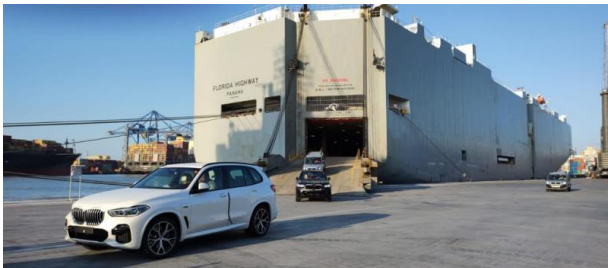


Foto: George Henrique Malheiros Pereira – Inspetor da COSEG/SPI.

Na tarde desta quarta-feira (25), o navio “FLORIDA HIGHWAY”, atracou no Porto de Itajaí (berço 03), trazendo a bordo veículos da montadora alemã, modelos BMW e Mini Coopers.

No total, 784 unidades (veículos importados) foram trazidos pelo Porto de Santos (SP). O navio FLORIDA HIGHWAY é de bandeira do Panamá, cujo comprimento é de 199,97 metros e boca (largura) de 32,26m.

O navio registrou, de acordo com a Diretoria-Geral de Operações Logísticas da Superintendência do Porto de Itajaí, um volume aproximado de 1588 toneladas. Ao desatracar do porto de Itajaí, tem seu destino no roteiro marítimo, o porto de Zarate, na Argentina, onde conclui suas escalas.

O navio, “FLORIDA HIGHWAY”, pertence a companhia de transporte oceânico, Armador K-LINE, originária do Japão. No porto de Itajaí, a previsão deste tipo de operação será mensal.

A embarcação executa o sistema Roll On Roll Off, consiste na retirada dos veículos de dentro do navio por meio de uma rampa elevatória.

Após a descida, os carros são deslocados para o pátio da área primária. Esta operação pode levar até cinco horas, dependendo da quantidade de veículos a serem retirados.

“O Porto de Itajaí se sobressai na logística, se destacando entre os demais portos Brasileiros pelo sistema Roll On Roll Off. Com a qualificação dos nossos trabalhadores portuários, e o sucesso deste tipo de operações, demonstra plena capacidade e condições para este tipo de movimentação. Sem dúvida, uma união que faz a força do Porto de Itajaí,

com extrema eficiência operacional”, destaca Fábio da Veiga, Superintendente do Porto de Itajaí.

Após o desembarque do navio, os veículos são deslocados para os pátios da ValePort, e do Recinto Alfandegado Contíguo (RAC), onde são vistoriados. Em seguida, os automóveis são embarcados em caminhões cegonheiras, e destinados para outras cidades e estados do país.

Com base em desembarques já realizados, um montante de até cem veículos leva cerca de uma hora para ser descarregado da embarcação, obtendo 100% de eficiência na operação e sem o registro de danificações.

“Com a retomada deste tipo de operações de cargas, após dois anos, é motivo de orgulho e satisfação em receber a montadora BMW em nosso porto, visto que sua capacidade operacional é destacada frequentemente, por diversos fatores positivos. Esta operação intensifica a economia local e de Santa Catarina, através de um trabalho em equipe desenvolvido com extrema capacitação, comprovando a eficiência de uma Autoridade Portuária Pública e Municipal”, conclui o Prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/05/2022

NAVIOS DE CARGA SÃO CONTROLADOS REMOTAMENTE EM ANTUÉRPRIA, NA BÉLGICA

Informação: Logweb (26 de maio de 2022)



Operador do navio trabalhando remotamente do escritório da Seafar em Antuérpia – Por Bruno Colla

A Seafar, empresa que começou a operar comercialmente em 2020, é uma das empresas que tem inaugurado operações sem tripulação na Europa. Isso acontece por meio de um painel de controle, que permite que o operador trabalhe diretamente de dentro de um escritório. Desta forma, o colaborador não precisa ficar horas ou até dias dentro de um navio, e pode rever sua família todos os dias da semana ao fim do expediente.

Os primeiros passos para que o transporte de cargas seja feito através de navios autônomos já estão em curso. “Hoje, operamos com dez embarcações, apenas em rotas fluviais dentro da Bélgica. Nossa ideia é chegar ao fim deste ano com 26 navios comandados por operadores diretamente de dentro do nosso escritório”, explica Janis Bargsten, Diretor de Operações da Seafar. “Como estamos no começo, essas primeiras embarcações ainda trazem tripulação, mas outra área já funciona com uma equipe reduzida, além daqueles já controlados de forma totalmente remota”, completa Bargsten.

A companhia está presente em três rotas na Bélgica, todas com transporte de contêineres e carga seca. “Estamos estudando iniciar operações com cargas líquidas, mas para a navegação remota, é preciso primeiro adaptar os navios”, afirma.

Um dos grandes impasses, hoje, é o alto custo da mão de obra, que também é escassa na Europa. Por conta das longas viagens e do pouco tempo em casa, tem sido cada vez mais difícil contratar capitães para comandar os navios. O caminho para a operação 100% remota e autônoma aparece, desta forma, como solução, até porque a tripulação representa 40% do custo da navegação por hidrovias no país.

A escolha da sede da empresa na Bélgica, região de Flandres, foi porque o país permitiu que esse tipo de operação fosse feito por lá. “A grande incógnita é o quanto os reguladores e a sociedade

vão aceitar essa tecnologia, até porque uma navegação totalmente autônoma acaba levando de dez a quinze anos para amadurecer”, avalia o diretor. A expansão da Seafar vai depender da autorização de autoridades em países na Europa, mas isso não deve ser problema, já que existem testes em curso tanto na Holanda como na Alemanha.

*O jornalista viajou para a Bélgica a convite da Flanders Investment & Trade

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/05/2022

GERENCIAMENTO DE RISCOS É TEMA DE WORKSHOP NA PORTOS DO PARANÁ

informação: Portos do Paraná (26 de maio de 2022)



Foto: Cláudio Neves

A empresa pública Portos do Paraná realizou nesta terça-feira (24) um workshop de gerenciamento de riscos focado na amostragem de produtos. O evento aproxima a autoridade portuária das empresas para conhecer os riscos das atividades exercidas e estabelecer procedimentos a fim de prevenir eventuais acidentes que causem danos ao meio ambiente e à saúde do trabalhador.

Os workshops são realizados desde o ano passado envolvendo a comunidade portuária o que gera subsídios para a criação de critérios de saúde e segurança e meio ambiente.

Participaram do evento representantes de empresas que atuam especificamente na amostragem e classificação de cargas e produtos embarcados em navios nos portos do Paraná.

A bióloga Andréa Almeida, membro da equipe técnica do Grupo de Trabalho do Programa de gerenciamento de riscos e responsável pela organização do workshop, afirma que a realização desse mapeamento de riscos faz parte das ações da autoridade portuária para difundir a melhoria contínua do gerenciamento de riscos nos portos do Paraná.

“Essa atividade traz riscos por acessar locais com equipamentos móveis, envolver trabalho em altura, acesso ao porão do navio em cima da carga e manuseio de produtos químicos, óleo vegetal e inflamáveis”, afirma a servidora.

Durante o workshop cada empresa pôde apresentar os serviços realizados nos portos paranaenses e produtos que operam, os dados operacionais, como quantidade e frequência, além de possíveis riscos e medidas que adotam para o controle de eventuais incidentes.

Em seguida, integrantes da Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho, da Gerência de Meio Ambiente, prestadores de serviços e integrantes das empresas debateram sobre o tema.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/05/2022

AUTORIDADE PORTUÁRIA ABRE CHAMAMENTO DE EVTEAS PARA FUTUROS ARRENDAMENTOS NO PORTO DE IMBITUBA

Fonte: Porto de Imbituba (26 de maio de 2022)



Foto: Porto de Imbituba

A SCPAR Porto de Imbituba lançou o chamamento para doação de Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA) para subsidiar a modelagem de futuros arrendamentos de oito áreas públicas operacionais disponíveis no Porto

Imbituba. Os interessados deverão apresentar requerimento de autorização, até 11 de junho, para o e-mail comercial@portodeimbituba.com.br. A documentação completa e descrição de todo o processo está disponível no Edital nº 001/2022, publicado no site do Porto de Imbituba (portodeimbituba.com.br), na aba “Invista no Porto de Imbituba”. Clique aqui para acessar a página.

O diretor de Planejamento e Operações da Autoridade Portuária, José João Tavares, explica que “a iniciativa tem por objetivo o fomento ao complexo portuário, viabilizando, no médio prazo, iniciar novos processos de arrendamentos que resultarão em mais investimentos e contratos mais perenes para exploração de áreas que hoje estão ociosas ou sob contratos transitórios”.

Após a avaliação dos requerimentos, a SCPAR Porto de Imbituba emitirá os Termos de Autorização para início dos estudos técnicos. As empresas autorizadas terão 180 dias para apresentação dos EVTEAs. Após o recebimento dos estudos, a Autoridade Portuária poderá rejeitar, mesclar ou utilizar parcialmente o material, em eventuais licitações para o arrendamento das áreas disponíveis, conforme Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Imbituba.

Rui Roberti, gerente Comercial e Regulatório da Autoridade Portuária, destaca que o processo de chamada pública estimula a transparência e “é corolária de um momento glorioso para o Porto de Imbituba, pois os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental são o gatilho para promoção de processo de arrendamentos portuários. Novos arrendamentos são sinônimo de mais empregos, incremento de cargas, investimentos e desenvolvimento”, completa.

No modelo atual de gestão do porto organizado, conhecido como LandLord Port, a administração da infraestrutura e fiscalização das operações do Porto fica a cargo da SCPAR Porto de Imbituba, e as operações propriamente ditas de movimentação de cargas nos cais, navios e terminais é realizada por empresas privadas. Atualmente, o Porto tem sete contratos de arrendamento vigentes: quatro arrendamentos ordinários (25 anos) – TCG e TECON/Santos Brasil; TERFER/Fertisanta e TIEGS/CRB-Votorantim; um no modelo simplificado (10 anos) TGL/Fertisanta e dois transitórios, até que seja realizado leilão para arrendamentos de longo prazo, para o TGA/Serra Morena e TGM/Consórcio Sul Minas.

Comunicação Social SCPAR Porto de Imbituba

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/05/2022



NAVAL PORTO ESTALEIRO

SHELL E PORTO DO AÇU ASSINAM MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA EMPREENDIMENTO DE PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE NO COMPLEXO

Por Ruth Rodrigues



O novo empreendimento da Shell para a produção de hidrogênio verde nas instalações do Porto do Açú faz parte do plano de investimentos que a empresa fará no mercado brasileiro ao longo dos próximos anos

Fonte: NF Notícias

A Shell e o Porto do Açú, localizado em São João da Barra, na região norte do Rio de Janeiro, assinaram um memorando de entendimento durante a última quinta-



feira, (19/05), para viabilizar um novo empreendimento no local. A companhia energética pretende realizar a construção de uma planta de produção de hidrogênio verde para investir no recurso e expandir ainda mais a sua presença no mercado energético brasileiro, com operação prevista para o ano de 2025.

Planta de produção de hidrogênio verde no Porto do Açu é o novo empreendimento da Shell com foco no mercado de energia no território nacional

Representantes da companhia energética Shell e da administração do Porto do Açu se reuniram durante esta última quinta-feira para a assinatura de um memorando de entendimento. Esse termo visa a viabilização da construção do novo empreendimento da Shell no complexo, uma planta de produção de hidrogênio verde.

Assim, a empresa pretende aproveitar os recursos disponíveis no complexo e na região para diversificar a sua produção de energia e focar em fontes alternativas e renováveis para isso. Além disso, a companhia energética afirmou que a previsão inicial para o início da produção do recurso no novo empreendimento é para o ano de 2025 e que a Shell focará seus investimentos no projeto para que isso seja possível.

Ademais, a planta de produção de hidrogênio verde que será construída no Porto do Açu terá capacidade inicial de 10 megawatt (MW), podendo ser expandida a um total de 100 MW no futuro, caso a Shell tenha interesse em elevar ainda mais a sua capacidade de produção no empreendimento. Durante as fases iniciais do empreendimento, a planta de eletrólise será abastecida com a energia elétrica oriunda da rede, garantindo assim um abastecimento mais eficiente ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Shell e o Porto do Açu confirmaram que parte da produção será destinada à armazenagem e posterior envio a potenciais consumidores. Por fim, o hidrogênio verde que ainda restar após toda essa cadeia de destinação, será enviado para a planta de geração de amônia renovável, que também fará parte do empreendimento da companhia no estado carioca.

Novo empreendimento da empresa no Porto do Açu será construído através dos investimentos de US\$ 120 milhões da companhia em PD&I no Brasil

A Shell anunciou recentemente o seu mais novo plano de investimento no Brasil, a cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da ANP, na qual a companhia prevê investir entre US\$ 60 milhões e US\$ 120 milhões durante o ano de 2022. Assim, a planta de produção de hidrogênio verde no Porto do Açu será viabilizada através desse pacote e, somente nas fases iniciais, o projeto poderá demandar de US\$ 20 milhões a US\$ 40 milhões em investimentos, segundo a companhia.

Apesar da necessidade de fortes aplicações para a construção, o empreendimento será essencial para o crescimento da empresa no Brasil e o presidente da Shell Brasil, André Araujo, afirmou que “Almejamos com este piloto fomentar todo o desenvolvimento da cadeia de valor da geração de hidrogênio renovável, desde os fornecedores da tecnologia, passando pelo domínio da operação de planta até a formação de mão-de-obra especializada. Além disso, pretendemos viabilizar uma série de provas de conceito referente à descarbonização de setores.”

A Shell atualmente possui plantas de produção de hidrogênio verde na Alemanha, Países Baixos e China e agora pretende trazer esse novo foco para o território nacional, uma vez que o Brasil é referência mundial na produção de energia através de fontes alternativas e renováveis.

Fonte: Naval Porto Estaleiro
Data: 26/05/2022

ARTHUR LIRA APRESENTA PROJETO PARA REDUZIR ICMS DE COMBUSTÍVEIS E ENERGIA, VISANDO EVITAR UM AUMENTO NOS PREÇOS FINAIS AO CONSUMIDOR

Por Ruth Rodrigues



Foto: Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) | Foto: Paulo Sergio / Câmara dos Deputados / CP

Buscando trazer mais estabilidade ao mercado e menores variações nos preços finais desses recursos como forma de garantir uma economia segura, Arthur Lira irá apresentar um projeto para reduzir o ICMS sobre combustíveis e energia na Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, apresentou um projeto na Câmara durante essa última quarta-feira, (25/05), para fixar a alíquota e reduzir o ICMS cobrados sobre os combustíveis e a energia no Brasil. Essa é uma jogada do executivo para tornar o mercado brasileiro mais estável e evitar que os preços finais de produtos e serviços que utilizem esses recursos sejam encarecidos ao longo do ano de 2022.

Fixação de alíquota e redução do ICMS sobre os combustíveis e energia no Brasil é a nova estratégia de Arthur Lira para garantir uma estabilidade econômica maior

A reunião que será realizada na próxima terça-feira pelo executivo Arthur Lira tem como objetivo uma votação em torno do projeto que fixa o teto da alíquota dos combustíveis e da energia elétrica em 17% nos estados, reduzindo assim a cobrança de ICMS sobre esses recursos. Essa é a estratégia do presidente da Câmara dos Deputados para evitar uma elevação exorbitante nos preços dos produtos e serviços e estabilizar, na medida do possível, o mercado nacional.

Arthur Lira defendeu seu projeto recentemente por meio da plataforma Twitter e afirmou que esse não se trata de um debate meramente ideológico ou somente de cunho político, mas de interesse de todo o Brasil. Isso pois os preços dos produtos e serviços voltados para o setor dos combustíveis e da energia estão cada vez mais elevados, ao passo em que o poder de compra dos brasileiros não consegue acompanhar essas mudanças. Assim, a redução na cobrança do ICMS e a fixação da alíquota irão permitir mais estabilidade nesses valores.

Ademais, esse não é um projeto defendido apenas por Lira, uma vez que o próprio Superior Tribunal Federal reconheceu que seria inconstitucional a elevação das alíquotas para 25%, prevista pela legislação de Santa Catarina, e fixou o teto de 17%, reduzindo assim a cobrança de ICMS. Dessa forma, o projeto de Arthur Lira visa fixar o teto da alíquota de ICMS sobre os combustíveis e energia em 17% em todos os estados do país, impactando principalmente nos preços finais da gasolina para o consumidor, cuja tributação nos estados está passando de 27% atualmente.

Projeto de redução de ICMS sobre combustíveis e energia é tratado por Lira em reunião com o ministro de Minas e Energia

O novo projeto do presidente da Câmara dos Deputados para reduzir os preços dos combustíveis e energia para o consumidor foi tratado em uma reunião realizada durante a última quarta-feira, (18/05). Assim, a discussão entre Lira, líderes partidários da base aliada e o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, abriu portas para os pontos positivos e negativos do projeto de fixação da alíquota de ICMS sobre esses produtos.

Dessa forma, o presidente da Câmara dos Deputados comentou sobre o debate com os líderes políticos e afirmou que “Tivemos uma reunião bastante produtiva e o ministro Sachsida vai se

reunir com a Aneel e distribuidoras para buscar uma saída equilibrada para diminuição desse repasse que, apesar de ser contratual, pode ser minimizado”.

Por fim, ele afirmou que os parlamentares pretendem votar o projeto de lei que suspende o reajuste médio de 17% para 13 distribuidoras em 11 estados, realizado pela Aneel durante o mês de abril deste ano, caso o Executivo não apresente nenhuma alternativa viável para a redução dos preços desses recursos no mercado nacional.

Fonte: Naval Porto Estaleiro

Data: 26/05/2022

DOCAS DO RIO ANUNCIA EMPREENDIMENTO COM INVESTIMENTO DE R\$ 3 BILHÕES NO PORTO DE ITAGUAÍ PARA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE MINÉRIOS

Por Ruth Rodrigues



Foto: Porto de Itaguai/Divulgação

O novo terminal do Porto de Itaguai receberá um total de R\$ 3 bilhões e o empreendimento será responsável por dinamizar o escoamento de minérios produzidos na região e possibilitar a exportação desses produtos, segundo a Docas do Rio

O Porto de Itaguai receberá mais um empreendimento voltado para as operações de exportação, segundo a Companhia Docas do Rio de Janeiro. O projeto se trata de um terminal para o escoamento de minérios e receberá um investimento total de R\$ 3 bilhões. Até essa quinta-feira, (26/05), acredita-se que o projeto será essencial para dinamizar o transporte de cargas produzidas na região, segundo comentários feitos pela Docas do Rio recentemente.

Novo empreendimento do Porto de Itaguai terá investimento de R\$ 3 bilhões para construção de terminal com foco no escoamento de minérios, segundo Docas do Rio

A Docas do Rio anunciou o mais novo empreendimento que será instalado no Porto de Itaguai para melhorar a dinâmica de transporte de cargas na região, um terminal de escoamento de minérios. A estrutura será voltada prioritariamente para a exportação de minérios produzidos na região, com foco na cadeia de comercialização do minério de ferro, um dos mais influentes dentro da mineração carioca.

O novo terminal do Porto de Itaguai será implantado em uma área de 312.514m² e a Docas do Rio anunciou que o empreendimento vai receber investimentos na ordem de R\$ 3 bilhões durante toda a fase de construção. Com isso, será possível aumentar a capacidade de escoamento de minério de ferro pelo porto em cerca de 30 milhões de toneladas por ano.

Garantindo assim muito mais produtividade nas operações. Dessa forma, o escoamento da produção na região se tornará ainda mais rápido e eficiente, o que trará benefícios tanto para o porto quanto para as companhias mineradoras no estado.

Além disso, a Docas do Rio comentou que, durante os últimos dias 11 e 12 de maio deste ano, houve uma visita realizada pela equipe técnica do Ministério da Infraestrutura (MInfra) e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), com a participação de gestores do setor portuário da região. A visita foi relacionada aos estudos da EPL quanto ao futuro arrendamento denominado ITG-02, conhecido como ‘área do meio’, com término previsto neste 1º semestre, para verificar a capacidade de armazenamento e escoamento da produção no complexo.

Construção de novo terminal de escoamento de minérios no Porto de Itaguaí será essencial para trazer uma nova alternativa para o transporte de cargas na região

A Docas do Rio destacou a importância do novo empreendimento no Porto de Itaguaí para trazer novas projeções ao complexo durante os próximos anos. Isso pois, com a construção do novo terminal de minérios, será possível dinamizar a cadeia de escoamento dessa produção no estado carioca e oferecer uma estrutura muito mais eficiente para a região. Além disso, o porto receberá novos olhares para a instalação de futuros novos empreendimentos voltados para o setor mineral.

Ademais, o coordenador-geral de Modelagem de Arrendamentos Portuários, Alessandro Marques, destacou que “o Brasil é o segundo maior produtor de minério de ferro do mundo. Considerando a importância das exportações de minério de ferro para o comércio exterior brasileiro, que devem continuar performando bons números nas próximas décadas, e considerando a infraestrutura de acesso, tanto ferroviário quanto aquaviário, e a disponibilidade de área do Porto de Itaguaí, o projeto do ITG-02 constitui grande relevância para todo o país”.

Por fim, ele deu algumas informações sobre os prazos do empreendimento e disse que os planos da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários consistem em realizar o lançamento do Edital de Licitação no fim deste ano, com realização do leilão no 1º trimestre de 2023, para conseguir o início das atividades no novo terminal no ano de 2028.

Fonte: Naval Porto Estaleiro

Data: 26/05/2022

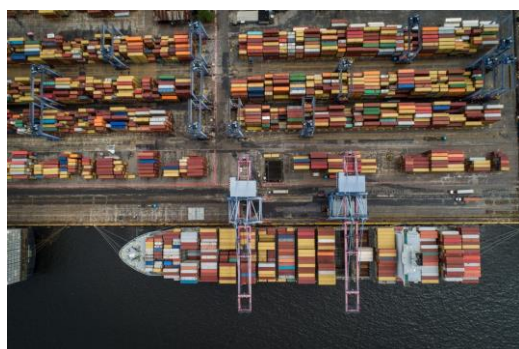


JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO VAI REDUZIR EM 10% SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS IMPORTADAS NOS PORTOS BRASILEIROS

Está pronto um decreto retirando do Imposto de Importação a cobrança sobre capatazia

Por Eliane Oliveira — Brasília



Vista aérea do Porto do Rio de Janeiro — Foto: Infoglobo/Brenno Carvalho

O governo tem pronto um decreto para retirar da base de cálculo do Imposto de Importação a cobrança sobre serviços de capatazia, que é o manejo e o transporte de mercadorias realizados dentro de áreas portuárias. Um exemplo é a retirada de contêineres de navios.

A estimativa é que a medida terá como impacto uma redução de 10% nos custos dos importadores. Esse rebaixamento tarifário está sendo chamado por integrantes da equipe econômica de terceira rodada de redução da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul. Atualmente, os importadores recolhem o equivalente e 11,8% com a capatazia.

Em cada uma das duas primeiras rodadas houve uma redução de 10% das alíquotas da TEC, usada no comércio com países que não fazem parte do bloco. Em novembro, após entrar em um acordo com a Argentina — que pediu a exclusão de itens considerados sensíveis pela indústria do país, o governo fez a primeira rodada e, no início desta semana, a segunda. Em ambas, a diminuição das tarifas atingiu 87% dos produtos que fazem parte da Tarifa Externa Comum.

Técnicos envolvidos no assunto ressaltaram que, no Mercosul, apenas o Brasil cobra o imposto por esse serviço. Eles não revelaram o valor da renúncia fiscal, mas afirmaram que a perda será bastante pequena.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/05/2022

SOB PRESSÃO, SENADORES ACREDITAM QUE TETO DO ICMS PODE SER VOTADO NA PRÓXIMA SEMANA

Governadores devem atuar contra, mas é difícil contrariar um projeto que diminua impostos, reconhecem líderes

Por Fernanda Trisotto, Natália Portinari — Brasília



Congresso está pressionado para dar uma resposta à alta nos combustíveis — Foto: Jorge William

Após a aprovação do teto do ICMS na Câmara dos Deputados, senadores preveem que a votação do projeto deve ocorrer em breve na Casa. Na manhã desta quinta-feira, o presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) disse que a proposta pode ser um instrumento inteligente para combater o preço dos

combustíveis.

Líderes do Senado ouvidos pelo GLOBO reconhecem que há pressão para que o projeto avance. Eduardo Gomes (PL-TO), líder do governo no Congresso Nacional, disse que o cenário é favorável, o que ele vê como um reflexo das bancadas partidárias que aprovaram o tema na Câmara.

— O governo não debateu o tema ainda, porém — pontuou.

O ministro da Economia Paulo Guedes é favorável ao projeto.

Para Álvaro Dias (Podemos-PR), é natural que o projeto do ICMS tenha forte oposição dos governadores. O ideal seria que o Congresso promovesse uma ampla discussão sobre a reforma tributária, mas os senadores ficam em uma posição delicada em relação a um texto que promove redução de impostos:

— Vamos reunir a bancada para discutir o texto na semana que vem, mas já antecipo que é muito difícil ficar contra um projeto que limita a cobrança de impostos, para reduzir um pouco a carga pesada sobre os ombros dos consumidores, que estão sacrificados em excesso.

O líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), alega que como Casa dos Estados, o Senado precisa ter mais sensibilidade sobre a questão dos entes, mas é impossível fechar os olhos para a pressão no preço dos combustíveis.

— Acredito em uma análise mais amíuade do Senado para garantir aos estados alguma compensação pela eventual contribuição em relação ao ICMS. Ao que pese, ICMS não resolverá preços dos combustíveis. O que resolve preço dos combustíveis é política de preços da Petrobras — afirmou.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/05/2022

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: OFERTA DE AÇÕES JÁ TEM DEMANDA INICIAL DE R\$ 13 BI

Prospecto da operação, que deve ser lançada entre hoje e amanhã, terá parecer recomendando que imbróglio envolvendo usina Santo Antônio Energia seja resolvido antes da transação

Por Bruno Rosa* — Rio de Janeiro



Eletrobras será privatizada por meio de uma operação de aumento de capital, que resultará na perda de controle estatal da companhia — Foto: BRENDAN MCDERMID/REUTERS/09-04-2019

Investidores já sinalizaram interesse em comprar cerca de R\$ 13 bilhões em ações da Eletrobras, segundo fontes. A transação, que vai representar a privatização da companhia, deve ser uma das maiores ofertas públicas já realizadas no Brasil.

Segundo uma fonte, o prospecto da operação, que deve sair entre hoje e amanhã, contará com um parecer da consultoria PwC sobre a Santo Antônio Energia, que poderá passar a ser controlada pela Eletrobras. A recomendação dos auditores é que o imbróglio envolvendo a usina seja resolvido antes da oferta.

Há uma expectativa de que a operação de venda da Eletrobras possa levantar R\$ 30 bilhões, incluindo uma nova emissão de papéis e as ações que hoje estão com o governo, segundo relatório de 22 de maio, assinado por analistas do UBS BB.

Com o aumento de capital, a fatia da União deve cair abaixo de 50% do capital votante. Ou seja, o controle da companhia, sairá das mãos do Estado. Mas o governo federal manterá o poder de veto em algumas decisões. Procurada, a Eletrobras não fez comentários.

A venda, que precisou do aval do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Congresso, acontece em meio a uma forte desaceleração de ofertas de ações no país. Os juros altos e a turbulência eleitoral vêm reduzindo o apetite dos investidores. Por isso, o governo vinha correndo contra o tempo para viabilizar a operação ainda no primeiro semestre.

Os bancos coordenadores da oferta são Bank of America, BTG Pactual, Goldman Sachs, Itaú BBA, XP Investimentos, Bradesco BBI, Caixa Econômica Federal, Citi, Credit Suisse, JP Morgan, Morgan Stanley e Safra, de acordo com comunicado da Eletrobras no fim do ano passado.

Aporte na hidrelétrica Santo Antônio

A privatização da Eletrobras, porém, pode ter um fator complicador. Isso porque Furnas, que é um dos principais braços do grupo Eletrobras, deve ter que fazer um aporte na hidrelétrica Santo Antônio, da qual é acionista.

No fim de semana, Furnas publicou edital de convocação para assembleia geral de debenturistas para o próximo dia 30 de maio, com o objetivo de obter aval para fazer o aporte. Isso significa que a subsidiária da Eletrobras vai ampliar a participação na usina, localizada no Rio Madeira, em Rondônia, podendo inclusive assumir seu controle.

A convocação vem na sequência à aprovação pelos acionistas da Madeira Energia (Mesa), controladora da Santo Antônio Energia, que cuida da operação da usina de mesmo nome no Rio Madeira, no último dia 29 de abril.

Por unanimidade, os sócios da Mesa — Furnas, Caixa, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Cemig — aprovaram um aumento de capital de até R\$ 1,58 bilhão para quitar o pagamento de uma decisão arbitral desfavorável à Santo Antônio Energia.

Ou seja, a convocação para a assembleia de debenturistas tem como objetivo dar o perdão a essa dívida para que os debenturistas não executem Furnas, explicou uma fonte. Se a dívida for executada, pode gerar perdas bilionárias para a Eletrobras, de até R\$ 75 bilhões. (*Com Bloomberg)

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 26/05/2022

PACHECO DIZ QUE TETO DO ICMS 'PARECE INSTRUMENTO INTELIGENTE' E PROMETE DEBATE

Presidente do Senado afirma que 'prioridade são os consumidores', mas que ouvirá os estados, que temem perda de arrecadação

Por *Natália Portinari — Brasília*



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que o projeto que limita o ICMS aprovado nesta quarta-feira na Câmara dos Deputados será discutido no Senado entre líderes e parece ser um "instrumento inteligente" para reduzir o preço dos combustíveis.

— Vamos sentar à mesa e definir o trâmite desse projeto, mas dar a ele, evidentemente, a importância devida, porque parece ser um instrumento inteligente para a redução do preço dos combustíveis — disse Pacheco a jornalistas na manhã desta quinta-feira.

O texto aprovado pela Câmara limita o ICMS a 17% para energia, combustíveis, telecomunicações e transporte coletivo. Este patamar chega a ser metade do cobrado por alguns estados. A medida deve reduzir em até 12% o preço destes produtos e serviços em alguns estados — segundo os defensores do projeto —, o que pode aliviar a inflação e beneficiar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro neste ano eleitoral.

Por outro lado, se aprovada, a proposta pode retirar até R\$ 83,5 bilhões por ano dos cofres dos estados e municípios. Por isso, sofre resistência de governadores, que Pacheco promete ouvir em busca de "consenso".

— O Senado Federal é a Casa da federação, dos estados, e se há uma premissa básica é de ouvir os estados através de seus governadores. Alguns já se mostraram até muito interessados a debater isso, como o governador do Distrito Federal, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro. São muito atuantes na defesa de seus estados e todos são muito bem-vindos.

O presidente do Senado evitou dar uma estimativa de quando o texto será votado e disse que ainda se sabe se será enviado às comissões permanentes ou votado diretamente pelo plenário da Casa.

— A intenção do Congresso Nacional é buscar soluções inteligentes e efetivas para a redução do preço dos combustíveis. Uma vez votado na Câmara, daremos toda a atenção ao projeto. Já vamos promover uma reunião de líderes na próxima semana — afirmou.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 26/05/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ECONOMIA DÁ AVAL A BOLSA-CAMINHONEIRO E AUXÍLIO PARA TAXISTAS E MOTORISTAS DE APP

Entendimento na equipe de Paulo Guedes é de que bolsa-caminhoneiro seria um 'seguro barato' para proteger a atividade econômica brasileira de um custo muito maior em caso de greve

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Em novas negociações com o Congresso, o Ministério da Economia se posicionou favorável à concessão de uma bolsa-caminhoneiro com custo de R\$ 1,5 bilhão ainda neste ano, às vésperas da eleição. Também está em discussão a concessão de um auxílio para motoristas de táxis e aplicativos. A avaliação na equipe econômica é de que a concessão desse subsídio para os caminhoneiros arcarem com o custo dos aumentos do diesel anunciados pela Petrobras é “válida”.

Segundo apurou o Estadão, o entendimento na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, é de que a bolsa-caminhoneiro funcionaria como um “seguro barato” para proteger a atividade econômica brasileira de um custo muito maior em caso da deflagração de uma greve dos caminhoneiros, como aconteceu no governo Michel Temer, em 2018. Na época, a greve acabou afetando o abastecimento de produtos, sobretudo de combustíveis com filas gigantes nos postos.

A concessão do subsídio voltou à mesa de negociação nas discussões que cercaram a aprovação ontem do projeto que fixa um teto de 17% do ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, gás natural, querosene de aviação, transporte coletivo e telecomunicações.

A inclusão do subsídio no projeto da Câmara chegou a ser discutida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). Após a votação do projeto, que teve 403 votos favoráveis, incluindo os da oposição, Lira deu a senha dos próximos passos para conter o impacto da alta dos combustíveis no bolso do consumidor neste ano de eleições em que o presidente Jair Bolsonaro e aliados buscam um novo mandato.

Lira acabou aceitando incluir no projeto uma demanda do Ministério da Economia para tornar impositivo aos Estados o cumprimento da regra de transição do ICMS sobre o diesel que visava garantir a redução de R\$ 0,30 do preço na bomba dos postos.

O governo reclamou que os Estados não cumpriram a lei complementar aprovada pelo Congresso em março, que previa uma regra de transição com a fixação da alíquota com base na média dos últimos 60 meses. O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), mas o governo tem pressa e por isso trabalhou nos bastidores para votar um dispositivo de “impositividade” do cumprimento da regra de transição.

Após a votação do projeto, que teve voto favorável de 403 deputados, Lira deu a senha dos próximos passos para conter o impacto da alta dos combustíveis para a população em ano de eleições em Jair Bolsonaro e aliados vão buscar um novo mandato. Entre os técnicos, no entanto, há avaliações de restrições da lei eleitoral para a concessão desse subsídio.

A proposta poderá ser incluída na votação do Senado do projeto. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e senadores estão, porém, sofrendo forte pressão dos governadores e prefeitos para barrar o projeto do teto do ICMS.

Teto de gastos

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, cobra, no entanto, que a medida esteja dentro do espaço fiscal do teto de gastos (a regra que estabelece um limite anual de despesas do Orçamento com base na correção da inflação). Para auxiliares de Guedes, o valor de R\$ 1,5 bilhão atende a necessidade da bolsa-caminhoneiro.

No início de março, os senadores aprovaram projeto que criava um auxílio-gasolina de R\$ 300 a motoristas de baixa renda e a ampliação do vale-gás pago a famílias carentes. O custo previsto era de R\$ 3 bilhões e beneficiaria motoristas autônomos, taxistas e motoristas de aplicativo com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

A tramitação do projeto, no entanto, parou na Câmara porque a proposta previa também a criação de um fundo de estabilização de preços de combustíveis para financiar que a Petrobras segure os preços em casa de volatilidade. Esse fundo sofre total resistência do ministro Guedes, embora Pacheco e outras lideranças do governo gostem da ideia. Volta e meia Pacheco cita a criação do fundo com possibilidade.

Como mostrou o Estadão, o presidente Bolsonaro quer mudar o estatuto da Petrobras para segurar a alta dos preços. Integrantes da equipe econômica consideram que as regras previstas pela empresa para a definição dos preços, definidas na época do governo Temer, não estão mais adequadas para os tempos atuais de alta volatilidade do preço internacional em tempos de guerra da Rússia com a Ucrânia.

“Estamos em tempos extraordinários. Existe uma legitimidade dessa discussão”, avaliou um auxiliar de Guedes sob a condição de anonimato. Esse esforço de mudança é considerado legítimo porque afeta a legislação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/05/2022

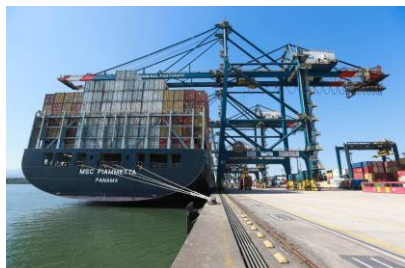
GOVERNO FARÁ NOVA REDUÇÃO DA TARIFA DE IMPORTAÇÃO COM MUDANÇA EM TAXA DE PORTOS

A medida representará, na prática, uma redução de 10% do Imposto de Importação, segundo apurou o Estadão

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O governo vai fazer uma nova rodada de redução do custo de importação para abrir mais a economia brasileira. Decreto em fase final de elaboração pelo Ministério da Economia vai retirar o custo da taxa de capatazia, cobrada sobre a movimentação de cargas nos portos, da incidência do Imposto de Importação.

A medida representará, na prática, uma redução de 10% do Imposto de Importação, segundo apurou o Estadão. Para os técnicos da área de comércio exterior do Ministério da Economia, essa redução de custo seria o equivalente à terceira rodada de abertura comercial. É o equivalente a uma queda de cerca de 1,5 ponto porcentual da tarifa de importação, que em média é de 11,6% no Brasil.



Diferente dos seus pares no Mercosul, o Brasil cobra todos os impostos e taxas de importação incluindo no seu cálculo a taxa de capatazia. O governo, portanto, vai agora tirar esse custo que no Brasil é muito elevado.

Porto de Santos; Decreto em fase final de elaboração pelo Ministério da Economia vai retirar o custo da taxa de capatazia, cobrada sobre a movimentação de cargas nos portos Foto: Tiago Queiroz/ Estadão

A taxa de capatazia é cobrada sobre as atividades realizadas durante a movimentação de uma mercadoria do navio até a passagem pela alfândega. Este processo ocorre após a verificação da



Receita Federal. A taxa é composta pelas atividades realizadas no processo: descarregamento do navio, recebimento, conferência, transporte, abertura, manipulação, organização, entrega e carregamento nos meios de transporte utilizados.

Nesta semana, o governo anunciou redução de 10% de alíquotas do Imposto de Importação sobre produtos como feijão, carne, massas, biscoitos, arroz, materiais de construção e tem validade até 31 de dezembro de 2023. Em novembro do ano passado, os ministérios da Economia e das Relações Exteriores já haviam anunciado a redução em 10% das alíquotas de 87% da pauta comercial, mantendo de fora bens como automóveis e sucroalcooleiros, que já têm um tratamento diferenciado pelo bloco.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/05/2022

GOVERNO ARRECADADA R\$ 195 BILHÕES EM ABRIL, MELHOR RESULTADO PARA O MÊS EM 28 ANOS

Soma representa aumento real de 10,94% na comparação com o mesmo mês do ano passado

Por Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 195,085 bilhões em abril, novo recorde para o mês. O resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 10,94% na comparação com abril do ano passado, segundo dados divulgados nesta quinta-feira, 26, pela Receita Federal nesta quinta-feira, 26.

Em relação a março deste ano, houve crescimento real de 17,60% no recolhimento de impostos. O valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de abril da série histórica, que tem início em 1995.

O resultado das receitas veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo Estadão/Broadcast, que ia de R\$ 179,361 bilhões a R\$ 199,248 bilhões, e acima da mediana de R\$ 187,884 bilhões.

O Fisco destacou o crescimento real de 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em abril, devido ao desempenho da estimativa mensal.

Também houve crescimento de 32,5% no recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), especialmente nas operações de crédito e em títulos ou valores mobiliários. A Receita apontou ainda a alta de 61,9% na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – Capital, em função do aumento dos rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa.

Por outro lado, em abril houve perda de receitas com as reduções das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do PIS/Cofins sobre combustíveis.

No acumulado do ano até abril, a arrecadação federal somou R\$ 743,217 bilhões, também o maior volume para o período da série histórica. O montante ainda representa um avanço real de 11,05% na comparação com os primeiros quatro meses de 2021.

Alta do petróleo ajuda na arrecadação

De acordo com a Receita Federal, a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) em 25%, autorizada no fim de fevereiro, e do corte de tributos sobre combustíveis, levou a uma perda de R\$ 3,7 bilhões no mês passado. Segundo o Fisco, o recorde de arrecadação, em abril, está relacionado com o nível de atividade e com o aumento dos preços de produtos básicos e dos combustíveis, entre outros.

"A atividade econômica é responsável majoritariamente pelo desempenho da arrecadação em relação ao ano passado. O desempenho do PIB veio muito forte no primeiro trimestre", disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

Com a alta do preço do barril de petróleo no mercado internacional e o repasse desse custo para o mercado interno, a arrecadação do setor de combustíveis teve alta real – descontada a inflação – de 147,70% no primeiro quadrimestre deste ano em relação ao período de janeiro a abril de 2021. Mesmo com a redução de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis, as receitas do governo federal a partir das empresas da cadeia do setor saltaram de R\$ 12,400 bilhões para R\$ 30,715 bilhões nessa comparação.

De acordo com Malaquias, o aumento no recolhimento de tributos do setor de extração de petróleo e gás foi ainda maior no período, com alta real de 181,72%. Nesse caso, porém, a arrecadação de tributos é de menor volume, chegando a R\$ 4,309 bilhões nos primeiros quatro meses do ano.

A maior parte da arrecadação federal do setor de petróleo não vem por impostos, mas sim pelos royalties e participações especiais, que somaram R\$ 51,839 bilhões de janeiro a abril, uma alta real de 62,39% em relação aos R\$ 28,722 bilhões recolhidos no mesmo período de 2021.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/05/2022

ESTADOS ACUMULAM R\$ 172 BI EM CAIXA, DIZ ECONOMIA PARA 'SENSIBILIZAR' CONGRESSO POR QUEDA DE ICMS

Governo quer que os senadores votem o projeto aprovado ontem na Câmara que fixa um teto de 17% para o ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, gás natural, querosene de aviação, transporte coletivo e telecomunicações

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Na queda de braço com governadores para reduzir o ICMS do diesel, o governo promete jogar duro no Congresso para mostrar aos senadores que os Estados estão com o caixa cheio e descumpriram a lei aprovada em março que poderia garantir uma queda total de R\$ 0,60 do diesel nas bombas.

Dados do Ministério da Economia apresentados aos parlamentares apontam que os Estados tinham R\$ 172 bilhões em caixa no dia 31 de março, resultado do acúmulo de medidas, segundo o governo, do "maior repasse que já teve na história para Estados e municípios de forma republicana". Ou seja, para todos os governadores.

O governo quer sensibilizar os parlamentares que o momento exige união em prol da população para combater a alta dos preços provocada pelo conflito da guerra da Ucrânia com a Rússia e que não há como fazer isso sozinho sem a contribuição dos governos regionais.

Os dados foram preparados pela Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento. Segundo um



auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, os governadores se apresentam como "coitadinhos" que estão perdendo recursos, mas já concederam entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões de aumento salarial para os seus servidores. Pelos cálculos do governo, dos 27 governadores, 25 concederam reajustes de salários.

Governo afirma que os Estados estão com o caixa cheio e descumpriram a lei aprovada em março que poderia garantir uma queda total de R\$ 0,60 do diesel nas bombas Foto: Lucas Lacaz/Estadão - 22/2/2021

A argumentação apresentada aos parlamentares é que os Estados, com a cobrança do ICMS, absorveram todo o ganho do aumento da arrecadação decorrente da inflação dos preços de combustíveis e energia. O Ministério da Economia calcula que os Estados já bateram 60% da arrecadação prevista para o ano.

O governo quer que os senadores votem o projeto aprovado ontem na Câmara que fixa um teto de 17% para o ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, gás natural, querosene de aviação, transporte coletivo e telecomunicações. Nesse projeto, foi incluído dispositivo para tornar impositivo o cumprimento da regra de transição do ICMS sobre o diesel que visava garantir a redução de R\$ 0,30 do preço na bomba dos postos. Os outros R\$ 0,30 foram previstos com a zeragem da tributação dos impostos federais sobre o diesel. A regra de transição previa a fixação de uma alíquota calculada com base na média dos últimos 60 meses.

Para a área econômica, os governadores descumpriram a lei. O governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas como tem pressa para que o preço final na bomba caia esse dispositivo já foi incluído na lei aprovada ontem pela Câmara.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 26/05/2022

BOLSONARO CRITICA COMPENSAÇÃO A ESTADOS EM TETO DO ICMS E DIZ QUE PODE VETAR PROPOSTA

Para diminuir resistências, a Câmara inseriu no projeto um gatilho temporário para compensar Estados e municípios quando a perda de arrecadação do ICMS foi superior a 5%

Por Eduardo Gayer, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro criticou o teor do texto aprovado ontem pela Câmara que estabeleceu um teto de 17% na alíquota do ICMS cobrado por Estados sobre os combustíveis e energia elétrica pelo mecanismo de compensação a Estados e municípios e disse que pode vetar a proposta, que ainda precisa do aval dos senadores.

Para diminuir resistências, a Câmara inseriu no projeto um gatilho temporário para compensar Estados e municípios quando a perda de arrecadação do ICMS foi superior a 5%. A compensação, antecipada pelo Estadão/Broadcast, seria feita por abatimento da dívida dos entes com a União.



Bolsonaro critica compensação a Estados em teto do ICMS e diz que pode vetar proposta Foto: Evaristo Sá/AFP

"Emendaram para o governo federal compensar possíveis perdas. Aí não tem cabimento. Criaram um subsídio federal para o governo pagar em cima dos combustíveis", declarou o presidente a jornalistas na saída de uma igreja em Brasília.

"Se for aprovado no Senado, vou ver qual a opinião da economia para sancionar ou vetar. Se bem que eu vetando, não quer dizer que está resolvido o assunto. Pode ser derrubado o veto", completou. Ao mesmo tempo, Bolsonaro afirmou que o teto do ICMS é algo "bem-vindo".

A estratégia parece a reedição da Lei Kandir, que previa que a União compensasse os Estados pelo ICMS que deixou de ser arrecadado com a desoneração das exportações. O valor dos repasses sempre foi alvo de disputas, chegou a servir de moeda de troca pelo apoio dos governadores à reforma da Previdência, envolveu o Tribunal de Contas da União (TCU) e só foi resolvido depois de um acordo homologado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Preocupação número um dos parlamentares às vésperas das eleições, a explosão na conta de luz foi provocada também pelo "custo Congresso", aprovação de leis que exigem contratações de energia de fontes específicas e dão subsídios ao setor elétrico, responsável por aumentar em 10% a tarifa nos próximos anos, como mostrou o Estadão.

A fixação de um teto para o ICMS com compensação para os cofres regionais recebeu o aval do Ministério da Economia, com a condição de que o gatilho de compensação durasse seis meses, em uma espécie de "período de transição". A iniciativa de fixar um teto de 17% para o ICMS faz parte de um "levante" do Congresso contra aumentos de preços e teve o apoio do governo, num momento em que o efeito da alta da inflação nas chances de reeleição de Jair Bolsonaro preocupa o comitê de campanha do presidente. O ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, também participou das negociações.

Os governadores, no entanto, já montam uma força-tarefa para barrar o teto no Senado ou até mesmo no STF e estimam uma perda de quase R\$ 70 bilhões na arrecadação de Estados e municípios por ano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 26/05/2022



VALOR ECONÔMICO (SP)

TRIUNFO ASSINA CONTRATO PARA EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÃO PORTUÁRIA EM SANTOS

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo

A Triunfo anunciou que assinou um contrato com a União para a exploração da instalação portuária Terminal Portuário Logístico (TPL), localizada em Santos (SP), na modalidade de terminal de uso privado, por 25 anos, prorrogáveis por períodos sucessivos.

De acordo com a empresa, o contrato tem por objeto a exploração de 1.038.301,11 metros quadrados do chamado Sítio Santa Cruz, para fins de movimentação e ou armazenagem destinados ou provenientes de transporte aquaviário.

"A companhia ressalta que o empreendimento ainda dependerá do licenciamento ambiental federal e demais licenças e autorizações de órgãos competentes", diz a Triunfo.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/05/2022

ADM JÁ RASTREIA 100% DOS FORNECEDORES DE SOJA

Multinacional americana antecipa meta para Brasil, Argentina e Paraguai

Por Fernando Lopes — De São Paulo



Diego Di Martino: novas tecnologias facilitam monitoramento dos fornecedores
— Foto: Divulgação/Valor Econômico

A multinacional americana ADM, uma das maiores empresas de agronegócios do mundo, concluiu em 2021 a meta de rastrear 100% de seus fornecedores diretos e indiretos de soja no Brasil, na Argentina e no Paraguai, o que estava previsto para o fim deste ano, e antecipou de 2030 para 2025 o compromisso de contar com uma cadeia de suprimento 100% livre de desmatamento.

Segundo Diego Di Martino, líder de sustentabilidade da companhia na América Latina, já estão sendo monitorados, no total, entre 15 mil e 20 mil produtores nos três países – a grande maioria no Brasil -, com propriedades que têm, somadas, mais de 20 milhões de hectares. E as novas tecnologias disponíveis para isso estão facilitando o processo.

“Fazemos o monitoramento de maneira preventiva, com atenção especial para os fornecedores que estão em regiões de risco, lembrando que grande parte deles estão em áreas já consolidadas. E também monitoramos áreas em conversão”, afirmou Di Martino ao Valor. Tem sido cerca de 30 mil hectares a mais de soja por safra no Cerrado brasileiro, por exemplo a maior parte em áreas já abertas.

Com as ferramentas tecnológicas à disposição, a ADM pode entender o que se passa dentro de uma propriedade sem depender de dados oficiais, mas isso não significa que essas informações sejam dispensáveis. Daí porque a empresa espera que sejam aceleradas no Brasil a análise e a validação dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) e que a fiscalização seja mais rigorosa, até para preservar o trabalho de quem está dentro da lei.

Estímulo à sustentabilidade

“Também temos participado de iniciativas setoriais para estimular a sustentabilidade da produção e em ações com o setor financeiro. É preciso ampliar os incentivos para beneficiar o produtor que não desmata e segue boas práticas”, diz o executivo. Nesse sentido, acredita Di Martino, o mercado de créditos de carbono é uma das alternativas que tendem a ganhar força. “Os produtores brasileiros também podem capitalizar melhor as técnicas de agricultura regenerativa que já usam, como o plantio direto”.

Paralelamente ao avanço do controle de sua cadeia de fornecedores na América do Sul, onde é uma das maiores originadoras e exportadoras de grãos, a ADM continua perseguindo outras metas globais que estabeleceu para reduzir o impacto de suas atividades no ambiente até 2035. Entre elas estão a redução de 25% das emissões de gases, a queda de 15% do uso de energia e a diminuição de 10% do uso de água, tendo como base os números de 2019.

Para fomentar essas e outras ações, a múlti passou a contar com o reforço de um bônus de US\$ 750 milhões, realçou Di Martino. A ADM encerrou o primeiro trimestre do ano com receita global de US\$ 23,7 bilhões, ante US\$ 18,9 bilhões no mesmo período de 2021, e lucro líquido de US\$ 1 bilhão, 53,5% maior na comparação.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/05/2022

GUEDES: BRASIL NÃO QUER ‘DINHEIRO ESPERTO’, ESPECULATIVO

Em Davos, ministro observou que mais privatizações virão este ano, incluindo aeroportos e portos
Por Assis Moreira, Valor — Davos (Suíça)



Foto : Marcelo Camargo/Agência Brasil

Cerca de US\$ 90 bilhões de capital especulativo deixaram o Brasil em dois anos e meio, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, que está em Davos, na Suíça. Para ele, esse “dinheiro esperto”, de curto prazo, é algo que o Brasil não quer mesmo, e nem chega em período de eleição.

Segundo ele, o dinheiro estrangeiro na bolsa é de outra natureza. O ministro diz ver mais investimentos estrangeiros a caminho, após ter tido 12 reuniões bilaterais com presidentes de grandes companhias.

Ele relatou que a dinamarquesa Vestas, um dos maiores produtores de energia eólica do mundo, quer gerar o equivalente a “dez Itaipu” no Rio Grande do Norte.

Também mencionou que a APM Terminals, da Dinamarca, tem interesse no Porto de Santos.

O ministro observou que mais privatizações virão este ano, incluindo aeroportos e portos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/05/2022

MINÉRIO DE FERRO CAI 1,6% NO NORTE DA CHINA, PARA US\$ 131,25 A TONELADA

Com esse desempenho, a commodity passa a exibir desvalorização de 7,8% em maio. No ano, os ganhos acumulados foram reduzidos a 10,3%

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados, para setembro, registraram baixa de 0,8%, a 834 yuan por tonelada — Foto: Pixabay

Os preços do minério de ferro voltaram a recuar nesta quinta-feira, em meio à acomodação da demanda das siderúrgicas chinesas pela principal matéria-prima do aço.

Nos portos do norte da China, o minério com teor de 62% de ferro fechou o dia em US\$ 131,25 a tonelada, com perda de 1,6%, segundo índice Platts, da S&P Global Commodity Insights.

Com esse desempenho, a commodity passa a exibir desvalorização de 7,8% em maio. No ano, os ganhos acumulados foram reduzidos a 10,3%.

Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados, para setembro, registraram baixa de 0,8%, a 834 yuan por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/05/2022



AGÊNCIA BRASIL - DF

TST LANÇA CARTILHA PARA AJUDAR TRABALHADORES E EMPRESAS NA CONCILIAÇÃO

Cerca de 2 milhões de processos tramitam nas instâncias trabalhistas

Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil - Brasília



Sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em Brasília — Foto: Warley Andrade/TV Brasil

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou uma cartilha para ajudar trabalhadores e empresas na conciliação, de forma a resolver processos que tramitam na Justiça do Trabalho. De acordo com o TST, o objetivo é encontrarem uma solução “mais rápida e prática” para o conflito.

A cartilha “Conciliação Trabalhista – Um guia para buscar um acordo em seu processo” foi lançada em meio às comemorações da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2022, e pode ser acessada na página da Corte trabalhista.

De acordo com o TST, a cartilha “busca, em linguagem simples e didática, explicar como funciona esse mecanismo efetivo e célere de solução das disputas judiciais. O guia informa, por exemplo, que mesmo sendo o ramo mais célere do Poder Judiciário, um processo trabalhista pode durar em média 2 anos [entre decisões, recursos e tramitação nos três graus de jurisdição]. Ao optar pela conciliação, a solução do processo acontece no mesmo dia”.

Ainda segundo o tribunal, a cartilha apresenta uma lista de dez motivos para a conciliação e detalha quem pode solicitar a conciliação, quando ela pode ser feita no processo trabalhista e como funciona uma audiência na Justiça do Trabalho. Além disso, indica os contatos dos centros de conciliação distribuídos em todas as regiões do Brasil.

Mutirão

Na Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, 24 tribunais regionais do Trabalho de todo o país se reúnem em “esforço concentrado” para finalizar processos por meio da conciliação.

“A conciliação pode ser requisitada a qualquer hora, independentemente da fase em que o processo se encontra. Atualmente, cerca de 2 milhões de processos tramitam nas instâncias trabalhistas”, informa o TST.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 26/05/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BLOQUEIOS EM PORTOS E GUERRA AUMENTAM LITÍGIOS E DEMANDA POR ARBITRAGEM

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 26 Mai 2022



Carregamento de trigo (Arquivo/Divulgação)

Para advogado, passados dois anos de pandemia, faltam instrumentos jurídicos para regular restrições sanitárias relacionadas ao coronavírus. escoamento de produtos como trigo enfrenta dificuldades por causa de destruição da Ucrânia e por bloqueios e insegurança nas regiões dos principais portos do país pelas tropas russas.

A guerra na Ucrânia, nos últimos três meses, e o novo lockdown nos portos chineses nas últimas semanas agravaram a logística de transportes em grande parte do mundo. Além do rearranjo das cadeias logísticas e do aumento dos fretes, especialistas veem uma tendência de agravamento dos litígios envolvendo o transporte marítimo internacional, afetando de embarcadores a armadores e aumentando o número de arbitragens. A lista de problemas vai desde atrasos, omissões (blank sailings) à falta de contêineres, cobrança de demurrage e perda de cargas. Com as dificuldades de deslocamento em território ucraniano e as sanções internacionais ao governo Putin, outro movimento observado é no sentido de garantir o abastecimento de produtos exportados pela Ucrânia, como trigo, e pela Rússia, como combustíveis e fertilizantes.

O advogado Rodrigo Cotta percebe empresas de toda cadeia logística afetadas e um aumento de litígios, como no início da pandemia e durante a interrupção do tráfego no Canal de Suez após o

encalhe do mega cargueiro Ever Given, em março de 2021. Ele estima um aumento em cerca de 80% nas disputas entre as partes relacionadas a esse tipo de situação. “O que está acontecendo hoje vai trazer problemas ao longo de, pelo menos, um ano, com as cargas chegando com problemas por ficar muito tempo no navio, problemas de atraso na entrega de cargas, aumenta muito disputa entre as partes”, analisou.

Cotta relatou que muitas empresas de navegação que atracavam em portos russos, exceto a chinesa Cosco, cancelaram ou interromperam o transporte para o país. “Empresas tiveram que reorganizar, de uma hora para outra, a logística das cargas que já estavam previstas para serem transportadas para a Rússia e para a própria Ucrânia”, observa Cotta, que é especialista em direito marítimo do escritório Salomão Kaiuca Abrahão Raposo Cotta. Em alguns casos, houve direcionamento de commodities para a China, que ainda faz trading com a Rússia.

Cotta acredita que essa situação de portos congestionados devido ao lockdown na China causou um caos no sistema logístico mundial que, provavelmente, terá o impacto sentido nos próximos meses. O advogado considera importante as empresas ficarem atentas quanto à lei aplicável a seus contratos e à sede de eventuais disputas. Para ele, a arbitragem tem sido usada como ferramenta eficiente para manutenção de negócios, trazendo segurança jurídica e pacificação com árbitros estrangeiros especialistas em matéria de direito internacional.

O advogado indagou se a questão de pandemia e os eventuais gargalos em portos por conta do coronavírus ainda podem ser caracterizados como caso fortuito ou força maior — instrumentos que costumam ser usados nas alegações para excluir a responsabilidade das empresas. Cotta lembrou que, no começo de 2020, ninguém estava preparado para esse tipo de problema. “Do ponto de vista jurídico, talvez tenham que ser criados novos institutos para regular essa situação. Estamos no segundo ano de pandemia e ainda temos muito efeitos. Precisamos estar preparados para os próximos anos para esse tipo de situação virar uma situação ‘normal’”, comentou.

O coordenador do curso de Engenharia Naval e Oceânica da Politécnica da UFRJ, Luiz Felipe Assis, vê um forte impacto da guerra nas exportações de trigo, commodity importante como soja e milho. A Ucrânia é o 5º maior exportador e usa os portos para escoar a produção e tem 10% do mercado de trigo internacional. Em torno de 95% das exportações são feitas a partir de portos do Mar Negro, que convive com a ameaça de bloqueios russos. O Brasil não chega a sofrer com desabastecimento desse produto, mas sente os efeitos do aumento dos preços e do frete.

Assis acrescentou que, apesar de o Brasil não depender do trigo exportado pela Ucrânia por consumir mais o produto da Argentina e, eventualmente, do Canadá ou Estados Unidos, o aumento da demanda afeta os preços internacionais e pode trazer rearranjos no mercado consumidor. O professor explicou que o trigo não costuma ter logística verticalizada como no caso do minério de ferro e do carvão que, muitas vezes, contam com dutos e hidrovias dedicadas.

Como o trigo ucraniano geralmente é escoado por rodovia, essa logística começou a enfrentar dificuldades por problemas de comunicação. A alternativa por ferrovia para portos da Polônia esbarra nos problemas dos tipos de bitola, o que dificulta as conexões. “A Europa poderia consumir esse trigo, mas não se consegue levar o produto por ferrovia e por rodovia está complicado, elevando o preço da commodity, que se torna escassa e sem substituto imediato”, ressaltou Assis.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/05/2022

PETROBRAS ASSINA CONTRATO PARA A VENDA DA REFINARIA LUBNOR

Da Redação OFFSHORE 26 Mai 2022

A Petrobras assinou nesta quarta-feira (25) com a empresa Grepar Participações Ltda. contrato para a venda da refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) e seus ativos logísticos associados, localizados no estado do Ceará. A Grepar é veículo societário de



propriedade conjunta das empresas Greco Investimentos em Participações Societárias Ltda., Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda. e Holding GV Participações S.A.

O valor total da venda é de US\$ 34 milhões, dos quais US\$ 3,4 milhões pagos de imediato, US\$ 9,6 milhões a serem pagos no fechamento da transação e US\$ 21 milhões em pagamentos diferidos. O valor total da venda não contempla o pagamento de ajustes previstos no contrato, devidos até o fechamento da transação.

A operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A LUBNOR é o quarto ativo a ter o contrato de compra e venda assinado no âmbito do compromisso firmado pela Petrobras com o Cade em junho de 2019 para a abertura do mercado de refino no Brasil. Esta operação está em consonância com a Resolução nº 9/2019 do Conselho Nacional de Política Energética, que estabeleceu diretrizes para a promoção da livre concorrência na atividade de refino no país.

De acordo com Clovis Fernando Greca, sócio administrador do consórcio comprador, o crescimento no número de empresas participantes do mercado de refino proporcionará o aumento na competitividade e diversidade de players. Com isso, novas oportunidades e possibilidades vão surgir, beneficiando a sociedade como um todo. “Estamos nos sentindo vitoriosos e felizes por chegarmos nessa fase. Trata-se de um marco significativo para o Brasil, para o Ceará, para o mercado de refino e para a Petrobras. Acreditamos que a LUBNOR será o início de um novo ciclo de oportunidades, em um setor que pretendemos crescer e investir em novas parcerias, respeitando o contexto de ESG que a companhia está inserida, em especial no Ceará”, ressalta Clovis.

Sobre a LUBNOR

A LUBNOR, localizada em Fortaleza, Ceará, possui capacidade de processamento autorizada de 10,4 mil barris/dia, é uma das líderes nacionais em produção de asfalto, e a única unidade de refino no país a produzir lubrificantes naftênicos.

Sobre as empresas compradoras

A Greco Investimentos em Participações Societárias Ltda. é uma empresa que atua como veículo de investimento em participações societárias.

A Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda. é uma das maiores empresas especialistas em asfalto no Brasil atuando na produção e comercialização de produtos destinados à pavimentação asfáltica, faz parte do Grupo Greca Asfaltos que também atua nos mercados de Logística, Shopping Center, Concessão Rodoviária, Produção de Agregados Minerais e Soluções Financeiras.

A Holding GV Participações S.A. é uma empresa de investimento atuando principalmente no mercado de distribuição e produção de ligantes asfálticos e óleos combustíveis através da marca Betunel, uma das maiores e mais tradicionais empresas do setor atuando desde 1967.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/05/2022

PRORROGADA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LICITAÇÃO DO STS53 NO PORTO DE SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26 Mai 2022

Área será destinada à movimentação de fertilizantes. Investimentos serão de R\$ 658,8 milhões

A ANTAQ prorrogou, nesta quinta-feira (26), para 15 de junho, o prazo para o recebimento de contribuições visando ao aprimoramento da documentação relativa à licitação da área STS53, no Porto de Santos (SP).

A área será destinada à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos.

A área a ser licitada é de 87.981 metros quadrados. O arrendatário assinará contrato de 25 anos. A receita bruta global alcançará R\$ 6 bilhões. Os investimentos totais serão de R\$ 658,8 milhões. A movimentação total atingirá 89,8 milhões de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/05/2022

ASIA SHIPPING DEFENDE QUE 2022 SERÁ O ANO DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

Da Redação NAVEGAÇÃO 26 Mai 2022



A Asia Shipping, multinacional brasileira que atua na gestão de processos logísticos de mercadorias, acredita que apesar dos problemas logísticos atuais, como preços altos dos fretes e congestionamento nos portos asiáticos em função da política de Covid Zero, 2022 será o ano da exportação brasileira.

No primeiro trimestre desse ano, a Asia Shipping ampliou as operações de exportação em 42%. A meta é fechar 2022 com um crescimento 10% maior que a média do mercado, de acordo com Filipe Pacheco, gerente de Exportação da Asia Shipping no Brasil. “Temos uma estrutura robusta, expertise de atuação global e parcerias sólidas com toda a cadeia logística e principais armadores, o que nos permite atingir as metas propostas ano a ano”, destaca.

Um dos principais clientes da Asia Shipping do setor madeireiro (produto florestal) é a SerraBRAS, que exporta componentes para a fabricação de pallets nas mais diversas espessuras, larguras e comprimentos, tendo como foco os mercados da América Central, México e Estados Unidos. Assim como a Asia Shipping, a empresa tem registrado um crescimento ano a ano. Em 2021, a SerraBRAS apontou um aumento superior a 15% no volume exportado. Só no primeiro trimestre desse ano, o índice atingiu 30% de crescimento em relação aos volumes exportados no mesmo período de 2021.

Para Tiago Miranda, diretor comercial da SerraBRAS, a parceria com a Asia Shipping se fortaleceu em função do bom serviço prestado pela companhia, especialmente quando houve o caos logístico durante a pandemia. “A exportação cresceu, porém a oferta de espaço não acompanhou o mesmo ritmo. Neste cenário de falta de contêineres e de espaço nos navios, a Asia Shipping conseguiu dar vazão aos nossos produtos e sempre demonstrou flexibilidade para buscar a melhor solução e atender as necessidades do cliente. Em 2020, transportamos 2,2 mil contêineres com a multinacional brasileira, pulando para 2,8 mil no ano passado”, afirma Miranda.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/05/2022

SUBSEA 7 GANHA CONTRATO PARA DESENVOLVIMENTO DE BÚZIOS 8

Da Redação OFFSHORE 26 Mai 2022



A Subsea 7 anunciou nesta quinta-feira (26) a adjudicação de um contrato pela Petrobras para o desenvolvimento do campo de Búzios 8, localizado a aproximadamente 180 quilômetros da costa do Rio de Janeiro a 2.000 metros de lâmina d'água na bacia do pré-sal de Santos. Embora não tenha divulgado o valor, a Subsea



7 define um contrato importante como sendo superior a US\$ 750 milhões.

O escopo do contrato inclui engenharia, aquisição, fabricação, instalação e pré-comissionamento (EPCI) de aproximadamente 126 quilômetros de risers rígidos e linhas de fluxo, 98 quilômetros de linhas flexíveis e 88 quilômetros de umbilicais e infraestrutura associada, bem como instalação de linhas de ancoragem FPSO e engate.

O gerenciamento de projetos e engenharia começarão imediatamente nos escritórios da Subsea 7 no Rio de Janeiro e Paris. A fabricação dos dutos ocorrerá na base de carretéis da Subsea 7 no município de Ubu (ES) e as operações offshore estão programadas para serem executadas em 2024 e 2025, usando uma das frotas de navios de tubulação rígida da Subsea 7.

Daniel Hiller, vice-presidente do Brasil, disse: “Estamos muito satisfeitos por termos recebido este contrato pela Petrobras e esperamos reforçar nosso relacionamento forte e colaborativo ao entregar Búzios 8”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/05/2022



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006